



**MAHLE METAL LEVE S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 60.476.884/0001-87**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

- Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia
- Proposta de Destinação do Lucro Líquido – anexo 9-1-II – Instrução CVM 481/09
- Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência – Eleição dos Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal
- Proposta de Remuneração dos administradores e informações do Item 13 do Formulário de Referência
- Proposta de Reforma Estatutária – Artigo 11 da Instrução CVM 481/09

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência

10. - Comentários dos Diretores

Tendo em vista que certos valores foram arredondados, alguns valores inteiros constantes de algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras apresentadas neste item 10 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, preparadas de acordo com o IFRS, e auditadas pela BDO Auditores Independentes. As informações financeiras relativas a 2008 estão sendo apresentadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e foram reconciliadas ao IFRS.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tendência de resultados positivos obtidos no setor automotivo e de autopeças, atribuída ao bom desempenho do mercado nacional e à recuperação gradativa da economia global em 2010, foi acompanhada pela Companhia e refletiu positivamente no aumento do volume de produção de vendas, tanto nos mercados interno e externo. A evolução dos resultados é consequência também do nosso contínuo controle de custos e racionalização dos nossos processos produtivos e administrativos.

O desempenho do mercado brasileiro foi marcado pela recuperação do setor automotivo e de autopeças tanto em função do reaquecimento da economia brasileira a partir da segunda metade de 2009, como também de medidas de estímulo ao consumo implementadas pelo governo federal, tais como a redução das alíquotas de IPI incidentes sobre a venda de veículos leves e pesados implementada no início de março de 2009 e que vigorou até o final do primeiro trimestre de 2010. Além da redução das alíquotas de IPI, as linhas de crédito ao consumidor também se mantiveram atraentes, estimulando a venda tanto de veículos leves quanto pesados. Adicionalmente, a venda de veículos pesados também foram positivamente impactadas pela concessão de financiamentos incentivados por parte do BNDES. Neste contexto, a receita de vendas da Companhia para o mercado interno de equipamento original foi de R\$901,8 milhões em 2010, apresentando um crescimento de 30,8% em relação a 2009. Ademais, a receita de

vendas da Companhia para o mercado interno de peças para reposição foi de R\$419,0 milhões em 2010, representando um crescimento de 12,9% em relação a 2009.

Já no cenário externo, a economia global começou a mostrar sinais de recuperação gradativa já no início de 2010. Os indicadores desagregados por países, divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam a continuidade da forte expansão econômica na Alemanha e a aceleração do ritmo de crescimento nos Estados Unidos e na França, com expectativa de crescimento continuado nos demais países do G7, exceto Japão devido ao recente terremoto e incertezas dele decorrentes. As perspectivas para a Zona do Euro, em particular, mostram-se bastante assimétricas, pois persistem dúvidas quanto à solvência de algumas economias periféricas. Neste contexto, a receita de vendas da Companhia para o mercado externo de equipamento original foi de R\$469,2 milhões em 2010, apresentando um aumento de 19,1% em relação a 2009. Ademais, as vendas da Companhia para o mercado externo de peças para reposição foram de R\$22,6 milhões em 2010, apresentando um acréscimo de 14,1% em relação a 2009, o que foi causado em grande parte pela valorização do real frente ao dólar norte americano.

A queda da receita das exportações em moeda nacional, em função da valorização do real frente ao dólar norte americano, não se verificou nas exportações para o mercado de equipamento original, tendo em vista que o aumento de vendas para este foi superior à perda de receita em moeda nacional decorrente da valorização do real frente ao dólar. A queda das vendas é consequência do fato de que o mercado externo de equipamento original, em particular o de veículos pesados onde a atuação da Companhia é mais significativa, teve sua demanda afetada adversamente com mais intensidade durante a crise econômica global a partir do final de 2008. Logo, com a recuperação dos mercados externos em 2010, as vendas para o mercado externo de equipamento original, principalmente o de veículos pesados, se fortaleceram mais do que as vendas para o mercado externo de peças de reposição, explicando o aumento da receita daquele segmento, inclusive em moeda nacional, apesar da valorização do real frente ao dólar.

Em 30 de novembro de 2010, foi aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral Extraordinária a aquisição e incorporação da MAHLE Participações Ltda. ("MAHLE Participações"), que através de sua subsidiária MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda. ("MBR"), concentrava o negócio de anéis de pistão do Grupo MAHLE no Brasil. Assim, os resultados e a posição patrimonial consolidados da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 incluem os resultados e a posição patrimonial da MBR no período de dois meses encerrado em 31 de dezembro de 2010. Portanto, os efeitos da incorporação da MBR pela Companhia, aprovada em 30 de novembro de 2010 com data base de 1º de novembro de 2010,

também explicam uma parte da variação nas contas de resultado e patrimônio consolidados da Companhia em 2010, quando comparado às mesmas contas de 2009.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido da Companhia era igual a 52,3% do seu ativo total naquela data, comparado a um patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 igual a 46,7% de seu ativo total naquela data.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso patrimônio líquido era de R\$1.347,8 milhões, tendo aumentado R\$616,2 milhões, ou 84,2%, em comparação aos R\$731,6 milhões de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009, o que se explica principalmente pelo aumento de capital de R\$613,5 milhões aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de novembro de 2010, bem como pela aquisição e subsequente incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR.

Em 31 de dezembro de 2010, nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizavam R\$468,9 milhões, tendo aumentado R\$148,9 milhões, ou 46,5%, em comparação aos R\$320,0 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2009. Este aumento decorreu principalmente de R\$130,8 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo advindos da aquisição e subsequente incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em novembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010, nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam R\$168,6 milhões, tendo aumentado R\$83,5 milhões, ou 98,2%, em comparação aos R\$85,1 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2009. Este aumento decorreu principalmente: (i) da reclassificação de R\$124,8 milhões em empréstimos e financiamentos de longo prazo cujo vencimento passou para o curto prazo no decorrer do exercício de 2010, compensados com as amortizações que totalizaram R\$ 62,6 milhões; e (ii) R\$17,3 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo advindos da aquisição e subsequente incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR a partir de 1º de novembro de 2010. Ademais, houve amortizações dos empréstimos e financiamentos de curto prazo que serviram para compensar parcialmente os fatores que aumentaram esta conta, conforme explicado acima.

Diante do exposto acima, a capitalização total da Companhia em 31 de dezembro de 2010, assim entendida como a soma de seu patrimônio líquido e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, era igual a R\$1.985,4 milhões, tendo aumentado R\$848,6 milhões, ou 74,7%, em relação à capitalização total da Companhia em 31 de dezembro de 2009 que era de R\$1.136,8

milhões. Este aumento de nossa capitalização deve-se em grande parte à aquisição pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2010, já que, em razão desta aquisição, a Companhia experimentou um aumento de capital significativo além de ter absorvido a posição patrimonial da MBR a partir de 1º de novembro de 2010, incluindo seus empréstimos de curto e longo prazo bem como de seu patrimônio líquido.

Nosso Estatuto Social não prevê hipóteses de resgate das ações de nossa emissão. Assim, além das hipóteses legalmente previstas, não há na data deste Formulário de Referência quaisquer outras possibilidades de resgate de ações de nossa emissão.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Na data deste Formulário de Referência, todas as obrigações contratuais da Companhia previstos nos seus empréstimos e financiamentos estavam sendo cumpridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, os empréstimo e financiamentos de curto prazo da Companhia somavam R\$168,6 milhões, sendo que na mesma data a Companhia possuía R\$315,8 milhões em disponibilidades e valores equivalentes. Logo, as disponibilidades e valores equivalentes da Companhia são suficientes para custear seus atuais empréstimos e financiamentos de curto prazo.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$468,9 milhões, o que, somado aos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo, totalizavam R\$637,6 milhões em empréstimos e financiamentos de longo e curto prazo totais. A administração da Companhia acredita que suas disponibilidades e valores equivalentes, aliado à sua geração de caixa operacional, cujo saldo tem sido historicamente positivo, incluindo nos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2010, são suficientes para honrar seus compromissos financeiros nas suas respectivas datas de vencimento, bem como contratar novos financiamentos e aumentar o seu nível de endividamento caso opte por fazê-lo.

Adicionalmente, a razão entre o EBITDA da Companhia de 2010 e suas despesas com juros naquele ano era igual a 8,2 vezes e a razão entre o EBITDA de 2010 e o total de seus financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2010 era de 0,4 vezes, o que também dá sustento à capacidade financeira da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros em suas respectivas datas de vencimento. Da mesma forma, a Administração da Companhia é pouco alavancada quando comparada a outras empresas comparáveis em seu setor de atuação, o que se comprova pelo fato de que seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 era igual a 2,1 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo naquela mesma data, enquanto que seu índice de liquidez,

medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2010 e seu passivo circulante naquela data, era de 2,1 vezes. Ademais, a Companhia sempre procura, quando possível, trabalhar com capital de terceiros buscando uma cobertura do total dos ativos em relação ao seu patrimônio líquido da ordem de 40%.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes

A geração de caixa operacional aliado aos empréstimos e financiamentos de longo prazo, particularmente os obtidos junto ao BNDES, sob taxas e prazos facilitados, têm sido as principais fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes realizados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizavam R\$468,9 milhões, tendo aumentado R\$148,9 milhões, ou 46,5%, em comparação aos R\$320,0 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2009.

Ocasionalmente a Companhia pode optar por financiar seu capital giro por meio de empréstimos de curto prazo, os quais em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$168,6 milhões, tendo aumentado R\$83,5 milhões, ou 98,2%, em comparação aos R\$85,1 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2009.

A aquisição da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR, uma das operações mais relevantes concluídas pela Companhia recentemente, foi realizada mediante utilização de R\$204,5 milhões dos valores em caixa da Companhia e R\$613,5 milhões através de recursos advindos do aumento de capital, o qual foi subscrito integralmente por seu acionista controlador.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui linhas de capital de giro aprovadas que, em 31 de dezembro de 2010, somavam R\$31,2 milhões. Estas linhas foram contratadas pelas subsidiárias da Companhia, MAHLE Hirschvogel Forjas S.A., MAHLE Filtroil Ltda. e MAHLE Argentina S.A., para financiar a liquidez destas controladas. No caso da MAHLE Hirschvogel Forjas S.A. e da MAHLE Argentina S.A., os valores de R\$14,8 milhões e R\$10,6 milhões, respectivamente, estavam em aberto em 31 de dezembro de 2010, em ambos os casos sem saldo disponível para desembolsos adicionais. No caso de MAHLE Filtroil Ltda., R\$5,8 milhões estavam em aberto em 31 de dezembro de 2010, sendo que o saldo disponível para desembolsos adicionais naquela data era de R\$0,5 milhão.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2010, nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizavam R\$468,9 milhões.

A maior parte dos empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia foi contratada por meio da linha EXIM do BNDES para financiamento de exportação, com prazo médio de 3 anos e taxa de juros fixa de 4,5% ao ano. Estes empréstimos foram contraídos em moeda nacional e são atrelados ao real.

Duas *tranches* da linha EXIM do BNDES tomadas pela Companhia e MBR (que foi incorporada pela Companhia em 1º de novembro de 2010) merecem destaque em função de sua relevância. A primeira *tranche* foi desembolsada em setembro de 2009, totalizando R\$299,8 milhões, cujo saldo devedor era de R\$301,4 milhões (incluindo principal e juros) em 31 de dezembro de 2010. O principal da primeira *tranche* é, em sua maior parte, devido em 12 prestações mensais, sendo a última delas devida em agosto de 2012 e a taxa de juros aplicável equivale a 4,5% ao ano.

A segunda *tranche* foi desembolsada em junho de 2010, totalizando R\$250,0 milhões, cujo saldo devedor era de R\$250,5 milhões (incluindo principal e juros) em 31 de dezembro de 2010. O principal da segunda *tranche* é devido em 12 prestações mensais, sendo a última delas devida em junho de 2013. A taxa de juros aplicável também é de 4,5% ao ano.

Outro tipo de financiamento de longo prazo que merece destaque são as duas linhas de FINEM do BNDES que foram captadas para o financiamento da construção do nosso Centro Tecnológico de Jundiaí. Juntas estas linhas somavam R\$49,6 milhões quando foram desembolsadas, sendo que R\$40,6 milhões foram desembolsados entre maio e setembro de 2008 e R\$9,0 milhões em novembro de 2010. Estas linhas serão amortizadas ao longo do tempo, sendo que a primeira linha tem seu vencimento final em abril de 2013 e a segunda em outubro de 2016. A taxa de juros para estas linhas está atrelada a variação da TJLP acrescida de juros que variam de 1,4% a 2,3% ao ano.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam R\$168,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, sendo que nenhuma contratação, quando individualmente considerada, era relevante em 31 de dezembro de 2010. A Companhia possui diversas modalidades de empréstimos e financiamentos de curto prazo, entre eles financiamentos de capital de giro e adiantamento de contratos de exportação (ACC) e de câmbio (ACE). Dos nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo, parte relevante era fruto da reclassificação da parcela dos empréstimos e financiamentos de longo prazo que vencem no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia também possuía empréstimos e financiamentos atrelados à moeda estrangeira, que totalizam R\$29,3 milhões, ou 4,6%, de todos os seus empréstimos e

financiamentos. Portanto, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia possuem baixa relevância em relação ao total de seus empréstimos e financiamentos.

Para mais detalhes a respeito do endividamento da Companhia, vide Item 3.8 deste Formulário de Referência e a Nota Explicativa nº 16 às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não temos linhas de financiamento relevantes que tenham limites. Uma das poucas linhas de financiamentos com limites é a linha de capital de giro da MAHLE Filtroil Ltda. referida no item 10.1(e) acima.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DO NOSSO RESULTADO

Receita Operacional Líquida

Esta linha corresponde à receita operacional bruta obtida com a comercialização de componentes de motores e filtros e serviços relacionados a estes produtos, deduzida dos impostos sobre vendas, descontos e devoluções.

Entre os componentes de motores comercializados encontram-se os seguintes produtos: anéis de pistão, anéis sensores, balancins, bielas, braços, bronzinas, buchas, camisas de cilindro, capas de mancal, conjuntos balanceiros, coroas, corpos injetores, cubos sincronizadores, cruzetas, eixos, eixos de comando de válvulas, elos, engrenagens, garfos de câmbio, guias e sedes de válvula, pinos de pistão, pistões, placas de válvulas, polias, porta-anéis, rotores de bomba d'água e óleo, tuchos de válvula, tulipas, entre outros.

No segmento de filtros encontram-se os seguintes produtos: filtros de combustível, filtros de ar, filtros de óleo, filtros de ar para cabine, filtros de carvão ativado e separadores de óleo.

A receita operacional bruta está sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Estado de São Paulo	Outros Estados
ICMS	18%	7% ou 12%
IPI	4% a 16%	4% a 16%
PIS	1,65%	1,65%
Cofins	7,60%	7,60%
ISS	2% a 5%	2% a 5%

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados reduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Nas exportações, sejam feitas a partir do Brasil ou de nossas subsidiárias no exterior, não há incidência de impostos sobre as vendas.

Custo dos Produtos Vendidos

Os custos dos produtos vendidos são compostos das matérias primas e demais materiais necessários para a produção dos nossos produtos. No segmento de componentes de motores, as principais matérias primas são as commodities metálicas, tais como alumínio, ferro níquel, ferro gusa, aço, cobre, níquel, estanho, silício, magnésio, bronze e liga de ferro entre outros. No segmento de filtros, as principais matérias primas são resinas, papéis filtrantes e carvão ativado, entre outros. Outros insumos de produção tanto dos componentes de motores e filtros incluem energia elétrica, combustíveis, gás natural, gás liquefeito de petróleo (GLP), embalagens de plástico, madeira, papel e papelão.

Esta conta inclui também a mão-de-obra direta (ex. trabalhadores de fábrica) e indiretamente (ex. áreas de manutenção, engenharia e ferramentaria) envolvida em nossa atividade operacional.

Na conta de custos de produtos vendidos também é contabilizada a depreciação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção.

Receitas e Despesas Operacionais

As contas de receitas e despesas operacionais englobam os seguintes itens: (i) despesas com vendas, (ii) despesas gerais e administrativas, (iii) despesas com desenvolvimento e tecnologia, e (iv) outras receitas e despesas operacionais.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas englobam, principalmente, despesas de pessoal relacionadas à equipe de vendas bem como comissões sobre vendas, fretes, taxas aduaneiras e propaganda.

Despesas Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas são compostas principalmente salários, encargos e benefícios do pessoal administrativo e serviços profissionais terceirizados (ex. auditores e advogados). Adicionalmente, também é contabilizada nesta conta a participação nos lucros e resultados, tanto do pessoal diretamente envolvido com o processo operacional como o pessoal das áreas administrativas.

Despesas com Desenvolvimento de Tecnologia e Produtos

As despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos incluem: (i) despesas com o desenvolvimento de novas tecnologias, tais como a tecnologia *flex fuel*, (ii) despesas com o desenvolvimento de novos

produtos, tais como novos anéis de pistão de baixo atrito visando a redução de emissões de carbono dos motores à combustão, , (iii) despesas com o aprimoramento de produtos existentes, e (iv) despesas com aprimoramento do processo produtivos.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

As outras receitas operacionais incluem principalmente a recuperação de impostos sob litígio que foram pagos indevidamente em anos anteriores, o ganho na alienação de ativos imobilizados e valores oriundos de reversões de provisões diversas, mais comumente de provisões contingenciais e fiscais e provisões para perdas com contratos.

As outras despesas operacionais são compostas principalmente pela constituição de provisões diversas, tais como provisões contingenciais e fiscais, provisões para perdas com contrato e provisões para perdas com intangíveis (*impairment*).

Resultado Financeiro, Líquido

As receitas financeiras incluem principalmente (i) a remuneração auferida com aplicações financeiras, que se referem primordialmente a certificados de depósitos bancários remunerados em torno de 100% dos juros proporcionados pelos certificados de depósito interbancário (CDI), (ii) ajustes contábeis positivos advindos: (A) da valorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real sobre ativos em moeda estrangeira (ex. recebíveis de exportação) e (B) da desvalorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (ex. importações e endividamento em moeda estrangeira), em ambos os casos medidos mensalmente e a cada data de liquidação de tais ativos e passivos, e (iii) ganhos em operações com instrumentos derivativos.

As despesas financeiras incluem principalmente (i) juros sobre contratos de empréstimos e financiamentos, e (ii) ajustes contábeis negativos oriundos: (A) da valorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (ex. débitos relativos a matérias primas importadas e empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira) e (B) da desvalorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (ex. recebíveis de exportação), medidos mensalmente e a cada data de liquidação de tais ativos e passivos, e (iii) perdas em operações com instrumentos derivativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses,

enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Diferido

As inclusões ao lucro contábil de quando da apuração do lucro tributável corrente geram créditos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados usando-se as alíquotas vigentes destes tributos quando da apuração da sua base de cálculo na data do balanço respectivo.

O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, nos casos em que houver, não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada novo exercício. Os valores diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no ativo somente na proporção da probabilidade de que se apure lucro real no futuro.

VARIAÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DOS NOSSOS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2010*	AV%	2009*	AV%	2008**	AV%
	(em milhões de reais)					
Receita Operacional Líquida	1.823,4	100,0	1.484,6	100,0	1.827,4	100,0
Custo dos Produtos Vendidos	(1.332,0)	(73,1)	(1.150,9)	(81,9)	(1.353,0)	(74,0)
Lucro Bruto	491,4	26,9	333,7	18,1	474,4	26,0
Receitas (Despesas) Operacionais						
Despesas com Vendas	(123,4)	(6,8)	(88,4)	(6,0)	(125,6)	(6,9)
Despesas Gerais e Administrativas	(94,5)	(5,2)	(70,4)	(4,7)	(90,2)	(4,9)
Despesas com desenvolvimento e tecnologia de produtos	(44,5)	(2,4)	(37,3)	(2,3)	(44,2)	(2,4)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(109,9)	(6,0)	(42,8)	(2,9)	(82,7)	(4,5)
Resultado antes do Resultado Financeiro	119,1	6,5	94,8	6,4	131,7	7,2
Resultado do Financeiro Líquido	(10,6)	(0,6)	(58,7)	(4,0)	(93,6)	(5,1)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	108,5	6,0	35,9	2,4	38,0	2,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24,8)	(1,4)	(13)	(1,0)	(7,7)	(0,4)
Lucro Líquido	83,7	4,6	22,9	1,5	30,3	1,7

* Preparado de acordo com as IFRS.

** Preparado de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigente em 31.12.2008 e reconciliadas para as IFRS – Informações não auditadas.

2010 Comparado com 2009

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida aumentou R\$338,8 milhões, passando de R\$1.484,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.823,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, tendo assim apresentado um incremento de 22,8%. Esta variação é explicada principalmente pela retomada da atividade econômica tanto no mercado interno como no mercado externo. A tabela abaixo demonstra a composição da receita operacional líquida por segmento de negócio.

Receita operacional líquida	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2010	%	2009	%
	(Em R\$ milhões)			
Componentes de motores	1.672,8	91,7%	1.357,3	91,4%
Filtros	150,6	8,3%	127,3	8,6%
Total	1.823,4	100,0%	1.484,6	100,0%

Componentes de motores

Nossa receita operacional líquida do segmento de componentes de motores aumentou R\$315,5 milhões, passando de R\$1.357,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.672,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 23,2%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$134,1 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de equipamento original (OEM), tendo em vista: (i) um aumento de 8,5% na quantidade de peças vendidas, passando de 142,6 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 154,7 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e (ii) um aumento do preço médio das peças vendidas de 15,3%;
- R\$153,2 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de equipamento original (OEM), tendo em vista um aumento de 42,1% na quantidade de peças vendidas, passando de 123,2 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 175,1 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e

- R\$31,7 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de peças de reposição (*Aftermarket*), tendo em vista: (i) um decréscimo de 1,6% na quantidade de peças vendidas, passando de 95,3 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 93,7 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e (ii) um aumento do preço médio das peças vendidas de 9,9%.

As variações acima foram parcialmente compensadas pelo decréscimo na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de peças de reposição, no valor de R\$3,5 milhões, devido a: (i) uma diminuição de 16,1% na quantidade de peças vendidas, passando de 25,5 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 21,4 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e (ii) um aumento, em reais, de 13,6% no preço médio das peças vendidas.

Filtros

Nossa receita operacional líquida do segmento de filtros aumentou R\$23,3 milhões, passando de R\$127,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$150,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 18,3%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$16,6 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de equipamento original (OEM), tendo em vista: (i) um aumento de 17,1% na quantidade de filtros vendidos, passando de 8,2 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 9,6 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e (ii) um aumento do preço médio dos filtros vendidos de 3,7%;
- R\$6,7 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de peças para reposição (*Aftermarket*), tendo em vista um aumento de 6,8% na quantidade de filtros vendidos, passando de 7,3 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 7,8 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e
- R\$0,8 milhão de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de equipamento original (OEM), tendo em vista um aumento de 68,4% na quantidade de filtros vendidos, passando de 1,9 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 3,2 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os valores acima foram parcialmente compensados por uma redução de R\$1,2 milhão na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de peças para reposição (*Aftermarket*), tendo em vista uma queda de 60,0% na quantidade de filtros vendidos como parte da estratégia de realocar vendas do mercado externo para o interno em épocas de valorização excessiva do real, passando de 0,5 milhão de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 0,2 milhão de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Custo dos Produtos Vendidos

Nosso custo de produtos vendidos aumentou R\$181,1 milhões, passando de R\$1.150,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.332,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 15,7%. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento de nossas vendas em função da retomada da atividade econômica tanto nos mercados externo e interno. A tabela abaixo demonstra a composição do custo dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento de negócio.

Custo dos produtos vendidos	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2010	%	2009	%
	(Em R\$ milhões)			
Componentes de motores	1.216,6	91,3%	1.051,4	91,4%
Filtros	115,3	8,7%	99,5	8,6%
Total	1.332,0	100,0%	1.150,9	100,0%

Componentes de motores

Nosso custo de produtos vendidos no segmento de componentes de motores aumentou R\$165,2 milhões, passando de R\$1.051,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.216,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 15,7%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$77,2 milhões de aumento de custos de mão-de-obra direta e indiretamente envolvida no processo produtivo, compreendendo: R\$48,1 milhões devido à reconstrução de pessoal para atendimento à demanda de produção e vendas; R\$25,1 milhões advindos de um aumento de salários como resultado de dissídios coletivos de 9% em média; e R\$4,1 milhões de aumento nas contribuições previdenciárias arcadas pela Companhia devido a uma alteração na legislação trabalhista de seguro de acidente, que aprovou um fator acidente previdenciário para o cálculo das contribuições previdenciárias, causando o aumento destas; e

- R\$76,7 milhões de aumento de custos de matérias primas, compreendendo: R\$74,5 milhões em função do maior consumo de matérias como consequência do maior volume de produção e venda, e R\$2,2 milhões em função de aumento de preços de matérias primas, principalmente, os materiais lastreados a cotações da London Metal Exchange, como alumínio, níquel, cobre e ferro gusa, que tiveram os seguintes aumentos de cotação em 2010, respectivamente: 22%, 34%, 25% e 32%, sendo que os aumentos dos preços destas matérias primas foram parcialmente compensados pelos instrumentos financeiros derivativos de *hedge* que a Companhia faz para estes produtos.

Filtros

Nosso custo de produtos vendidos no segmento de filtros aumentou R\$15,8 milhões, passando de R\$99,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$115,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, com incremento de 15,9%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$5,2 milhões em função do aumento dos custos de mão-de-obra decorrentes de recontrações necessárias para atender o aumento de demanda, aumento salarial resultante de dissídios coletivos de 9% em média e treinamento de pessoal, entre outros; e
- R\$8,6 milhões devido ao aumento dos custos incorridos com vendas adicionais de novos projetos para módulos de filtro de ar e filtros de combustível para veículos leves; e
- R\$0,8 milhão decorrente do aumento de preços de determinadas matérias primas utilizadas na produção de filtros, tais como poliamida, polipropileno e papel filtrante, que em 2010 tiveram os seguintes aumentos, respectivamente: 12,1%, 6,6% e 5,6%.

Receitas e Despesas Operacionais

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas aumentaram R\$35,0 milhões, passando de R\$88,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$123,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 39,6%. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento das vendas da Companhia com o início da retomada da economia global em 2010, sendo explicada pelos seguintes fatores principais:

- R\$15,7 milhões de aumento no custo total com fretes, tendo em vista o aumento no número de entregas urgentes para fazer face ao aumento de demanda de veículos vendidos por nossos clientes;
- R\$3,9 milhões de aumento na constituição de provisões para perdas com devedores duvidosos;
- R\$3,1 milhões de aumento com custo de pessoal de vendas, oriundos principalmente de dissídios coletivos de 9% em média, já

que o número de funcionários nos departamentos comerciais se manteve estável em 2010 comparativamente a 2009;

- R\$2,2 milhões de aumento de taxa e serviços aduaneiros, decorrente do acréscimo nas exportações em 2010;
- R\$1,8 milhão de aumento com despesas de propaganda e marketing;
- R\$1,0 milhão de aumento de despesas de comissões tendo em vista o aumento das vendas; e
- R\$0,8 milhão de aumento de despesas de viagens e estadas de vendedores.

Despesas gerais e administrativas

Nossas despesas administrativas aumentaram R\$24,1 milhões, passando de R\$70,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$94,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, com incremento de 34,2%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$18,8 milhões de aumento na participação nos lucros de todos empregados, conforme negociações com sindicatos;
- R\$9,7 milhões de acréscimo salarial e encargos correspondentes do pessoal administrativo em razão de dissídios coletivos de 9% em média; e
- R\$2,7 milhões de acréscimo em benefícios indiretos, tais como bolsas educacionais, cursos de idiomas e cursos técnicos, cujos gastos foram reduzidos em 2009 e retomados a partir de 2010.

Os acréscimos dos itens acima foram parcialmente compensados por uma redução de R\$9,9 milhões na parcela registrada como despesas gerais e administrativas, parcela esta advinda do rateio de despesas diversas de uso comum entre as várias áreas da Companhia (vendas, pesquisa e desenvolvimento de produto), tais como restaurante, segurança e limpeza, entre outras.

Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos

Nossos gastos com pesquisas tecnológicas aumentaram R\$7,2 milhões, passando de R\$37,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$44,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 19,3%. Este aumento ficou em linha com o aumento da receita operacional líquida, que, por sua vez, nos permitiu aumentar nossos gastos com pesquisas tecnológicas em bases proporcionais, de acordo com nossa política de destinar parte da nossa receita para gastos desta natureza. Deste modo, a participação dos gastos com pesquisas tecnológicas sobre a receita operacional líquida manteve-se em linha com níveis históricos, ou seja: 2,44% em 2010, 2,51% em 2009 e 2,37% em 2008.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Nossas outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$67,1 milhões, passando de \$42,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$109,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 156,8%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$24,8 milhões de variação negativa na conta de reversão/constituição de provisões contingenciais e fiscais, tendo em vista uma constituição de R\$13,5 milhões destas provisões em 2010 comparado com uma reversão de R\$11,3 milhões destas provisões em 2009;
- R\$20,4 milhões de variação negativa na conta de reversão/constituição de perdas com produtos decorrentes da constituição de R\$5,8 milhões para esta provisão em 2010 comparado com uma reversão desta provisão de R\$14,6 milhões em 2009; e
- R\$16,3 milhões de realização do valor justo de novos estoques consumidos em 2010, estoques estes oriundos da incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010.

Lucro antes do Resultado Financeiro e Impostos

Em função do disposto acima, nosso lucro antes do resultado financeiro e impostos aumentou R\$24,5 milhões, passando de R\$94,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$119,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, com incremento de 25,9%.

Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro, líquido diminuiu R\$48,1 milhões, passando de R\$58,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$10,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, uma redução de 81,9%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$26,9 milhões de redução da perda cambial líquida, passando de R\$42,9 milhões no exercício findo 31 dezembro de 2009 para R\$16,0 milhões no exercício findo 31 de dezembro de 2010, a qual resultou de uma desvalorização de 25,5% do dólar norte americano frente ao real em 2009 e uma desvalorização de 4,3% daquela moeda frente ao real em 2010;
- R\$25,0 milhões de redução de despesa de juros, passando de R\$56,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$31,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, explicada, em especial, pela contratação de uma linha de financiamento à exportação (EXIM-PSI) do BNDES, cujo custo é 4,5% ao ano, portanto, mais baixo que o custo do endividamento amortizado pela Companhia ao longo de 2010; e

- R\$8,6 milhões de aumento na receita de juros, passando de R\$13,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$21,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em razão do aumento das disponibilidades e valores equivalentes aplicados em 2010, que passaram de um valor médio de R\$214,8 milhões em 2009 para um valor médio R\$317,8 milhões em 2010.

Os valores acima foram parcialmente compensados pela redução de R\$16,6 milhões nos ganhos líquidos com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra oscilações de moedas estrangeiras, tendo em vista a redução da volatilidade da oscilação cambial em 2010, saindo de um ganho líquido de R\$45,8 milhões em 2009 para um ganho líquido de R\$29,2 milhões em 2010.

Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em função do disposto acima, nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social aumentou R\$72,6 milhões, passando de R\$36,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$108,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 201,7%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social aumentou R\$11,8 milhões, passando de R\$13,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$24,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, um incremento de 90,8%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$26,9 milhões de variação positiva de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias adicionadas à base de cálculo tributável, diferenças estas como constituição de provisões não dedutíveis, depreciação sobre o custo atribuído (*deemed cost*) e prejuízos fiscais; e
- R\$20,8 milhões de aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social resultante do aumento de R\$72,6 milhões, ou 201,7%, do lucro antes do imposto de renda e a contribuição social em 2010, ajustado pelos efeitos de juros sobre o capital próprio e resultados de controladas.

Os valores acima foram parcialmente compensados por:

- R\$34,7 milhões de variação positiva do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias; e
- R\$2,1 milhões de redução do imposto de renda e contribuição social referente a ajuste instituído pelo governo federal para cálculo das operações de *transfer pricing*.

Lucro Líquido do Exercício

Em função do disposto acima, o nosso lucro líquido do exercício aumentou R\$60,8 milhões, passando de R\$22,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$83,7 milhões no exercício

findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, com incremento de 265,5%.

2009 Comparado com 2008

Receita operacional líquida

Nossa receita operacional líquida diminuiu R\$342,8 milhões, passando de R\$1.827,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.484,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, portanto com decréscimo de 18,8%. Esta variação é explicada principalmente pela redução das vendas tanto no mercado interno como no mercado externo, em razão da crise financeira global deflagrada no final de 2008. A tabela abaixo demonstra a composição da receita operacional líquida por segmento de negócio.

Receita operacional líquida	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2009	%	2008	%
	(Em R\$ milhões)			
Componentes de motores	1.357,3	91,4%	1.724,6	94,4%
Filtros	127,3	8,6%	102,8	5,6%
Total	1.484,6	100,0%	1.827,4	100,0%

Componentes de motores

Nossa receita operacional líquida do segmento de componentes de motores diminuiu R\$367,3 milhões, passando de R\$1.724,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.357,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, com decréscimo de 21,3%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$218,5 milhões de redução na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de equipamento original, tendo em vista principalmente uma redução de 20,4% na quantidade de peças vendidas, passando de 154,7 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para 123,2 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009;
- R\$170,9 milhões de redução na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de equipamento original, tendo em vista: (i) uma redução de 1,5% na quantidade de peças vendidas, passando de 144,7 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para 142,6 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; e (ii) uma redução do preço médio das peças vendidas de 14,3%;

- R\$32,9 milhões de redução na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de peças de reposição, tendo em vista principalmente uma redução de 8,3% na quantidade de peças vendidas, passando de 103,9 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para 95,3 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; e
- R\$10,5 milhões de redução na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de peças de reposição, tendo em vista: (i) uma redução de 22,0% na quantidade de peças vendidas, passando de 32,7 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 25,5 milhões de peças no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e (ii) uma redução do preço médio das peças vendidas de 6,0%.

Filtros

Nossa receita operacional líquida do segmento de filtros aumentou R\$24,5 milhões, passando de R\$102,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$127,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, um incremento de 23,8%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$17,1 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de equipamento original, tendo em vista: (i) um aumento de 24,2% na quantidade de filtros vendidos, passando de 6,6 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para 8,2 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; e (ii) um aumento do preço médio dos filtros vendidos de 2,8%;
- R\$11,3 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado interno de peças para reposição, tendo em vista um aumento de 69,8% na quantidade de filtros vendidos, passando de 4,3 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para 7,3 milhões de filtros no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; e
- R\$2,3 milhões de aumento na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de equipamento original, tendo em vista um aumento, em reais, de 46,8% no preço médio dos filtros vendidos.

Os valores acima foram parcialmente compensados por uma queda de R\$5,8 milhões na receita operacional líquida de vendas para o mercado externo de peças para reposição, tendo em vista uma queda de 64,3% na quantidade de filtros vendidos, passando de 1,4 milhões de filtros vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para 0,5 milhão de filtros vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. A principal causa desta redução foi o *phase-out* no fornecimento de filtros de óleo (*spin-on*) devido à baixa rentabilidade deste produto.

Custo dos Produtos Vendidos

Nosso custo de produtos vendidos diminuiu R\$202,1 milhões, passando de R\$1.353,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.150,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, um decréscimo de 14,9%. Esta variação é explicada principalmente pela redução de nossas vendas, em função da crise econômica global deflagrada no final de 2008. A tabela abaixo demonstra a composição do custo dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento de negócio.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2009	%	2008	%
	(Em R\$ milhões)			
Componentes de motores	1.051,4	91,4%	1.272,1	94,0%
Filtros	99,5	8,6%	80,9	6,0%
Total	1.150,9	100,0%	1.353,0	100,0%

Nosso custo de produtos vendidos no segmento de componentes de motores diminuiu R\$220,7 milhões, passando de R\$ 1.272,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.051,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, portanto, um decréscimo de 17,3%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$134,6 milhões decorrentes de redução de gastos com matérias primas, principalmente, os materiais lastreados a cotações da London Metal Exchange, tais como alumínio, estanho e ferro gusa que tiveram as seguintes reduções de cotação em 2009, respectivamente: 21%, 19% e 12%, sendo que as reduções dos preços destas matérias primas foram parcialmente compensadas pelos instrumentos financeiros derivativos de *hedge* que a Companhia faz para estes produtos; e
- R\$73,1 milhões relativos à redução de custos com mão-de-obra explicada principalmente pela redução de 12% do pessoal envolvido no processo produtivo devido a diminuição de demanda.

Filtros

Nosso custo de produtos vendidos no segmento de filtros aumentou R\$18,6 milhões, passando de R\$80,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$99,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, um incremento de 23%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$11,6 milhões decorrente do aumento do volume de matéria prima comprada para atender o maior nível de produção e venda em 2009; e

- R\$6,5 milhões devido ao aumento dos custos incorridos com vendas adicionais de novos projetos para módulos de filtro de ar, filtros de combustível para veículos leves e coletores de admissão de ar.

Receitas e Despesas Operacionais

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas diminuíram R\$37,2 milhões, passando de R\$125,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$88,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, uma redução de 29,6%. Além da redução das vendas como resultado da crise financeira global deflagrada no final de 2008, a redução das despesas de vendas também foi fruto de um esforço proativo da Companhia em reduzir suas despesas. Assim, os seguintes itens contribuíram para a redução das despesas com vendas da Companhia:

- R\$11,4 milhões de redução de despesas gerais tais como comissões, telefone, água, luz, energia elétrica e manutenções;
- R\$4,1 milhões decorrentes de reversão de provisão para devedores duvidosos;
- R\$4,8 milhões de redução de despesas com fretes;
- R\$3,5 milhões de redução na parcela registrada como despesas de vendas, parcela esta advinda do rateio de despesas diversas de uso comum entre as várias áreas da Companhia, tais como restaurante, segurança e limpeza, entre outras;
- R\$3,1 milhões de redução de despesas com serviços de profissionais terceirizados que prestam serviços específicos à área de vendas, tais como manutenção das instalações do Centro de Distribuição de Limeira; e
- R\$2,2 milhões de redução nas despesas de propaganda e marketing.

Despesas gerais administrativas

Nossas despesas administrativas diminuíram R\$19,8 milhões, passando de R\$90,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$70,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, uma redução de 21,9%. Nesse período a Companhia adotou diversas medidas com o objetivo de amenizar os efeitos da crise global, entre elas a redução significativa nas despesas gerais administrativas, incluindo por meio de redução do quadro de empregados das áreas administrativas, redução de jornadas de trabalho, suspensão temporária de contratos de trabalhos e férias coletivas, da forma como segue:

- R\$9,2 milhões de redução de participação nos lucros, decorrente principalmente das negociações com sindicatos;

- R\$3,5 milhões de redução de benefícios indiretos, tais como, bolsas educacionais, cursos de idiomas e cursos técnicos; e
- R\$2,0 milhões de aumento na contratação de serviços profissionais liberais terceirizados, tais como consultores, assessorias, advogados.

Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos

Nossos gastos com pesquisas tecnológicas diminuíram R\$6,9 milhões, passando de R\$44,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$37,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, uma redução de 15,6%. Esta redução ficou em linha com a redução da receita operacional líquida, que, por sua vez, fez com que reduzíssemos nossos gastos com pesquisas tecnológicas em bases proporcionais. Deste modo, a participação dos gastos com pesquisas tecnológicas sobre a receita operacional líquida manteve-se em linha com níveis históricos, ou seja: 2,51% em 2009 e 2,37% em 2008.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Nossas outras despesas operacionais líquidas diminuíram R\$39,9 milhões, passando de R\$82,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$42,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, uma redução de 48,2%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$34,8 milhões de variação positiva registrada na conta de reversão/constituição de provisões para perdas com produtos, tendo em vista uma reversão de R\$14,6 milhões nesta provisão em 2009 comparada com um complemento de R\$20,2 milhões para esta provisão em 2008; e
- R\$22,6 milhões de variação positiva registrada na conta de reversão/constituição de provisões contingenciais e fiscais, tendo em vista uma reversão de R\$11,3 milhões destas provisões em 2009 comparada com uma constituição de R\$11,3 milhões para estas provisões em 2008.

Os itens acima foram parcialmente compensados por uma redução de R\$15,6 milhões em tributos recuperados que haviam sido pagos indevidamente em anos anteriores.

Lucro antes do Resultado Financeiro e Impostos

Em função do disposto acima, nosso lucro antes do resultado financeiro e impostos diminuiu R\$37,0 milhões, passando de R\$131,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$94,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, com redução de 28,1%.

Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro, líquido diminuiu R\$35,0 milhões, passando de R\$93,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro

de 2008 para R\$58,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, uma redução de 37,4%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$156,9 milhões de aumento no resultado com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra oscilações de moedas estrangeiras, tendo em vista uma despesa líquida de R\$111,1 milhões em 2008 comparado a um ganho líquido de R\$45,8 milhões em 2009; e
- R\$3,3 milhões de aumento nas receitas de juros, passando de R\$10,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$13,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, tendo em vista um aumento significativo do volume médio de disponibilidades e valores equivalentes aplicados em 2009, que passaram de um valor médio de R\$162,0 milhões em 2008 para um valor médio R\$214,8 milhões em 2009.

O aumento destes itens foi parcialmente compensado por:

- R\$111,8 milhões de redução do resultado cambial, passando de um ganho líquido de R\$68,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para uma perda líquida de R\$42,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a qual resultou de uma valorização de 31,9% do dólar norte americano frente ao real em 2008 e uma desvalorização de 25,5% da daquela moeda frente à moeda nacional em 2009; e
- R\$18,1 milhões de aumento de despesa de juros, passando de R\$38,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$56,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, explicado principalmente pela necessidade da Companhia em refinar uma parte relevante do seu endividamento no início de 2009, quando as taxas de juros então praticadas no mercado financeiro encontravam-se significativamente mais altas do que em 2008, em função da escassez do crédito evidenciada no final de 2008 e início de 2009 que resultou da crise econômica global.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em função do disposto acima, nosso lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu R\$2,1 milhões, passando de R\$38,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$35,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, uma redução de 5,3%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social aumentaram R\$5,3 milhões, passando de R\$7,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$13,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, um incremento de 68,8%. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$68,9 milhões de variação positiva de imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias adicionadas à base de cálculo tributável, diferenças estas como constituição de provisões não dedutíveis; e
- R\$2,7 milhões de aumento do imposto de renda e da contribuição social referente a despesas permanentes não dedutíveis, tais como *transfer pricing* e outras.

Os valores acima foram parcialmente compensados por R\$69,4 milhões de redução do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias.

Lucro Líquido do Exercício

Em função do disposto acima, nosso lucro líquido do exercício diminuiu R\$7,4 milhões, passando de R\$30,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$22,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009; portanto, uma redução de 24,4%.

VARIAÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DA NOSSA POSIÇÃO PATRIMONIAL

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2010*	AV%	2009*	AV%	2008**	AV%
	(em milhões de reais)					
Ativo						
Ativo Circulante						
Disponibilidades e valores equivalentes	315,8	12,2	167,8	10,7	163,0	8,6
Contas a Receber	331,9	12,9	259,5	16,6	282,0	14,9
Estoques	278,6	10,8	184,4	11,8	278,5	14,7
Outros Ativos	70,4	2,8	68,8	4,3	77,1	4,1
Total do Ativo Circulante	996,7	38,7	680,5	43,4	800,6	42,2
Ativo Não Circulante						
Impostos Diferidos	114,7	4,4	75,6	4,8	158,3	8,3
Ativo Imobilizado	742,4	28,8	680,9	43,5	788,4	41,6
Ativo Intangível	701,5	27,2	119,0	7,6	132,8	7,0
Outros	22,9	0,9	10,8	0,7	17,3	0,9
Total do Ativo Não Circulante	1.581,5	61,3	886,3	56,6	1.096,8	57,8
Total do Ativo	2.578,2	100,0	1.566,8	100,0	1.897,4	100,0
Passivo						
Passivo Circulante						
Empréstimos Bancários	168,6	6,5	85,1	5,4	431,6	22,7
Fornecedores	103,6	4,0	70,8	4,5	96,1	5,1
Juros sobre o Capital a Pagar	2,3	0,1	44,4	2,8	23,4	1,2
Provisões	52,9	2,1	31,7	2,0	50,3	2,7
Outras exigibilidades	154,1	6,0	103,4	6,7	326,4	17,2
Total do Passivo Circulante	481,5	18,7	335,4	21,4	927,8	48,9
Passivo Não Circulante						

Empréstimos Bancários	468,9	18,2	320,0	20,4	117,2	6,2
Imposto diferidos	108,4	4,2	82,2	5,2	99,7	5,3
Provisões	156,1	6,1	84,9	5,4	93,4	4,9
Outros	15,4	0,5	12,6	0,9	9,7	0,5
Total do Passivo Circulante	748,8	29,0	499,7	31,9	320,0	16,9
Patrimônio Líquido						
Capital social	966,3	37,5	352,8	22,5	352,8	18,6
Reservas de Lucros	244,8	9,5	214,0	13,7	193,3	10,2
Outros resultados abrangentes	121,8	4,7	150,7	9,6	89,4	4,7
Total do Patrimônio Líquido atribuído aos controladores	1.332,9	51,7	717,5	45,8	635,5	33,5
Acionistas não controladores	15,0	0,6	14,2	0,9	14,1	0,7
Total do Patrimônio Líquido	1.347,9	52,3	731,7	46,7	649,6	34,2
Total do Passivo e patrimônio líquido	2.578,2	100,0	1.566,8	100,0	1.897,4	100,0

* Preparado de acordo com as IFRS.

** Preparado de acordo com as práticas contábeis brasileiras e reconciliadas para as IFRS.

31 de dezembro de 2010 comparado com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Nosso ativo circulante aumentou R\$316,2 milhões, ou 46,5%, passando de R\$680,5 milhões 31 de dezembro de 2009 para R\$996,7 milhões 31 de dezembro de 2010. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$148,0 milhões decorrentes de aumento das disponibilidades e valores equivalentes, o que é devido principalmente aos seguintes fatores: fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$257,2 milhões; aumento das disponibilidades em decorrência da incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010, no valor de R\$221,2 milhões e captação de recursos por meio de novas operações de financiamento no valor de R\$192,5 milhões; parcialmente compensados por pagamento da parcela em dinheiro da compra da MBR, no valor de R\$204,5 milhões, investimentos em compra e melhorias de maquinário, no valor de R\$65,4 milhões, amortização de financiamentos no valor de R\$108,2 milhões e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$123,1 milhões;
- R\$94,2 milhões decorrentes do aumento dos estoques, sendo R\$36,7 milhões decorrentes da incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010 e o saldo para atendimento da demanda das vendas no mercado interno e no mercado externo; e

- R\$72,4 milhões decorrentes principalmente do aumento das contas a receber de clientes e partes relacionadas, sendo em parte decorrente da incorporação pela Companhia de contas a receber da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010, no valor de R\$67,8 milhões, e o restante da variação devido ao aumento das vendas nos mercados interno e externo.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia aumentou R\$695,1 milhões, ou 78,4%, passando de R\$886,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.581,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$582,5 milhões decorrente do aumento do intangível, em função principalmente do registro do ágio decorrente da aquisição pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010;
- R\$61,5 milhões em função da aquisição de bens do ativo imobilizado, tendo os recursos sido utilizados para aquisição de novas máquinas e equipamentos e para investimentos em tecnologia da informação; e
- R\$39,1 milhões decorrentes do aumento do valor do imposto de renda diferido calculado sobre provisões temporariamente não dedutíveis e dos ajustes da adoção do critério de custo atribuído (*deemed cost*).

Passivo Circulante

O passivo circulante da Companhia aumentou R\$146,1 milhões, ou 43,6%, passando de R\$335,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$481,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$83,6 milhões decorrentes em grande parte: (i) de aumento líquido da conta de empréstimos e financiamentos, envolvendo novas captações no valor de R\$4,0 milhões, reclassificações da dívida de longo prazo para curto prazo no valor de R\$124,8 milhões, parcialmente compensados por amortizações de dívida no valor de R\$62,6 milhões, e (ii) R\$17,3 milhões devem-se à incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010;
- R\$27,7 milhões decorrentes da majoração da conta de fornecedores, em linha com o aumento da demanda de vendas da Companhia experimentado em 2010;
- R\$20,6 milhões decorrente do aumento do passivo com provisões para pagamento de férias e respectivos encargos, originado pelo reajustes salariais definidos em acordos coletivos no percentual médio de 9%, bem como pela incorporação de 2.963 funcionários da MBR a partir de 1º de novembro de 2010;

- R\$21,2 milhões advindos principalmente da incorporação de provisões para perdas com produtos e garantias da MBR, a partir de 1º de novembro de 2010, no montante de R\$10,2 milhões, bem como do aumento das provisões para garantias (R\$4,8 milhões) e bonificação a clientes (R\$5,3 milhões) da Companhia; e
- R\$18,6 milhões em função do aumento do passivo com participação dos empregados nos resultados, decorrente de negociação sindical.

O aumento do passivo circulante em decorrência dos fatores descritos acima foi parcialmente compensado pela redução, no montante de R\$42,1 milhões, da conta de juros sobre o capital próprio a pagar, tendo em vista que a Companhia realizou a distribuição, em 2 de dezembro de 2010, dos juros sobre o capital referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, sendo que os juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2009 foram provisionados e parcialmente pagos somente em 2010.

Passivo Não Circulante

Nosso passivo não circulante aumentou R\$249,1 milhões, ou 49,8%, passando de R\$499,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$748,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$148,9 milhões decorrentes principalmente: (i) do aumento líquido da conta de empréstimos e financiamentos, envolvendo novas captações no valor de R\$188,5 milhões e reclassificações de dívida de longo prazo para curto prazo no valor de R\$124,8 milhões e amortizações no valor de R\$45,6 milhões, e (ii) de R\$130,8 milhões relativos à incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010;
- R\$71,1 milhões decorrentes do aumento das provisões, sendo R\$48,4 milhões decorrentes da incorporação de provisão para contingências da MBR, a partir de 1º de novembro de 2010, e R\$22,7 milhões principalmente em função da variação das provisões para contingências e obrigações vinculadas a processos judiciais;
- R\$26,2 milhões em função do aumento na conta imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes da realização do imposto de renda diferido sobre a depreciação no período, bem como do imposto diferido sobre a mais valia do imobilizado recebido da MBR pela incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em novembro de 2010.

Patrimônio Líquido

Nosso patrimônio líquido aumentou R\$616,2 milhões, ou 84,2%, passando de R\$731,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.347,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento de capital, no valor de R\$613,5 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de novembro de 2010. O lucro líquido do período foi, quase que integralmente, distribuído aos acionistas.

1º de janeiro de 2009 comparado com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Nosso ativo circulante sofreu uma diminuição de R\$120,1 milhões, ou 15,0%, passando de R\$800,6 milhões em 1º de janeiro de 2009 para R\$680,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se principalmente a:

- R\$94,1 milhões decorrentes da diminuição de estoques, em percentual superior à diminuição das receitas operacionais em 2009. Em função de a crise econômica ter se iniciado no final de 2008, a Companhia começou o ano de 2009 com estoques altos tendo em vista o nível de atividade econômica à época. Durante o ano de 2009, os estoques foram reduzidos como consequência dos esforços de gestão da crise implementados pela Companhia; e
- R\$22,5 milhões como consequência da diminuição das contas a receber e com partes relacionadas, decorrente da crise financeira internacional que desaqueceu a demanda por nossos produtos. O percentual de diminuição das contas a receber foi menor que o percentual de redução da receita operacional em 2009, tendo em vista a recuperação das vendas a partir do 2º semestre de 2009.

Ativo Não Circulante

Nosso ativo não circulante diminuiu R\$210,5 milhões, ou 19,1%, passando de R\$1.096,8 milhões em 1º de janeiro de 2009 para R\$886,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$82,6 milhões decorrentes de diminuição da conta de impostos diferidos, em função da redução da ordem de R\$70,1 milhões das despesas financeiras com instrumentos derivativos, por força da menor valorização da moeda nacional em relação a 2008 e subida gradual nos preços das *commodities* metálicas;
- R\$51,2 milhões decorrente da depreciação do custo atribuído (*demeed cost*) ao ativo imobilizado; e
- R\$43,4 milhões referente ao valor negativo apurado no período entre as aquisições de ativo imobilizado (R\$31,7 milhões) e as depreciações do exercício (R\$75,3 milhões) em função da contenção de investimentos durante a crise.

Passivo Circulante

Nosso passivo circulante diminuiu R\$592,4 milhões, ou 63,8%, passando de R\$927,8 milhões em 1º de janeiro de 2009 para R\$335,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$346,5 milhões decorrentes de diminuição na conta de empréstimos e financiamentos, em função da amortização de dívidas de curto prazo, que foi viabilizada pela contratação de dívida de longo prazo junto ao BNDES, bem como pela geração de caixa da Companhia, e parcialmente compensada pela reclassificação de dívidas, de longo para curto prazo, no valor de R\$32,0 milhões; e
- R\$230,0 milhões, decorrentes de eliminação das perdas com instrumentos derivativos em função da valorização da moeda nacional e subida gradual do preço das *commodities* metálicas.

Passivo Não Circulante

Nosso passivo não circulante aumentou R\$179,6 milhões, ou 56,1%, passando de R\$320,0 milhões em 1º de janeiro de 2009 para R\$499,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esta variação é decorrente principalmente do aumento significativo na conta de empréstimos e financiamentos, da ordem de R\$202,8 milhões, como consequência do alongamento dos prazos de vencimento de dívidas bancárias da Companhia, através da contratação de novo financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$234,8 milhões, parcialmente compensados pela reclassificação de dívidas de longo prazo para curto prazo, no valor de R\$32,0 milhões.

O aumento no passivo não circulante foi parcialmente compensado pela diminuição da conta de impostos diferidos, na ordem de R\$17,4 milhões, originado pelo imposto de renda diferido sobre a parcela de custo atribuído do imobilizado que sofreu redução em 2009 em função da baixa por depreciação e pelo valor de R\$8,5 milhões referentes à redução nas provisões sobre passivos contingentes e obrigações legais vinculadas a processos judiciais.

Patrimônio Líquido

Nosso patrimônio líquido aumentou R\$82,2 milhões ou 12,6%, passando de R\$649,5 milhões em 1º de janeiro de 2009 para R\$731,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esta variação é explicada principalmente por:

- R\$108,6 milhões decorrentes de ajustes de avaliação patrimonial; e
- R\$22,9 milhões decorrente do lucro líquido apurado no exercício de 2009.

O aumento do patrimônio líquido decorrente dos fatores acima foi parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre o capital próprio no período, no montante de R\$33,5 milhões, e pela diminuição do valor dos investimentos da Companhia no exterior, em função da valorização do real no período, no valor de R\$14,4 milhões.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Fluxos de Caixa	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2010*	2009*	2008**
	(em milhões de reais)		
Saldo inicial de caixa no período	167,8	163,0	77,9
(+) Fluxo de operações	257,2	245,9	140,9
(-) Fluxo de investimentos	(39,4)	(34,3)	(170,1)
(+) Fluxo financiamentos	(69,8)	(206,8)	114,3
Saldo final de caixa no período	315,8	167,8	163,0

* Preparado de acordo com as IFRS.

** Preparado de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes em 31.12.2008 e reconciliadas para as IFRS – Informações não auditadas.

2010 Comparado com 2009

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$11,3 milhões, passando de R\$245,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$257,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, que representou um aumento de 4,6%. O aumento do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais em 2010 deve-se principalmente ao seguinte:

- R\$71,8 milhões de reduções líquidas de diversas provisões, incluindo as provisões para contingências, devedores duvidosos e garantias, perdas com imobilizado intangível e estoques;
- R\$60,8 milhões de aumento do lucro líquido;
- R\$58,8 milhões de aumento dos ganhos líquidos com instrumentos financeiros derivativos, juros sobre aplicações financeiras e variações cambiais e monetárias líquidas em função da valorização do real em relação ao dólar e euro;

- R\$35,1 milhões de aumento dos saldos anuais das linhas de fornecedores, salários, férias, encargos a pagar, contar a pagar e depósitos judiciais; e
- R\$14,4 milhões de aumento dos valores de realização de valor justo de estoques consumidos em 2010, estoques estes oriundos da aquisição e subsequente incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010.

Os itens acima foram parcialmente compensados pelas seguintes aplicações de fluxo de caixa nas atividades operacionais:

- R\$144,0 milhões de aumento dos estoques;
- R\$34,7 milhões de redução do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- R\$31,8 milhões de redução dos saldos anuais das linhas de contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas; e
- R\$16,0 milhões de reduções dos saldos anuais dos impostos a recuperar e outras contas a receber.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento aumentou R\$5,1 milhões, passando de R\$34,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$39,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, que representou um aumento de 14,9%. O aumento do fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento em 2010 deve-se principalmente ao seguinte:

- R\$204,5 milhões do investimento na aquisição pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em novembro de 2010; e
- R\$33,1 milhões de aumento nas aplicações no ativo imobilizado.

Os itens acima foram parcialmente compensados por uma geração de fluxo de caixa de investimento de R\$221,2 milhões, decorrente da aquisição e subsequente incorporação pela Companhia da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR em 1º de novembro de 2010.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento diminuiu R\$137,0 milhões, passando de R\$206,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$69,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma redução de 66,3%. A redução do fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento em 2010 deve-se principalmente a R\$568,6 milhões de redução nas amortizações de financiamento.

Os itens acima foram parcialmente compensados pelas seguintes variações do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

- R\$327,5 milhões de redução de captação de financiamentos; e
- R\$111,2 milhões de aumento de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

2009 Comparado com 2008

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$105,0 milhões, passando de R\$140,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$245,9 milhões no exercício encerrado em 2009, que representou uma variação de 74,5%. O aumento do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais em 2009 deve-se principalmente ao seguinte:

- R\$156,6 milhões de redução dos saldos anuais dos estoques para adequação dos níveis de estoques à demanda de produção retraída em função da crise econômica internacional;
- R\$69,4 milhões de aumento do imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- R\$42,0 milhões de aumento de impostos a recuperar.

Os itens acima foram parcialmente compensados pelas seguintes aplicações de fluxo de caixa nas atividades operacionais:

- R\$98,5 milhões de aumentos das perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos, despesa com juros e variações cambiais e monetárias líquidas; e
- R\$66,5 milhões de aumento líquido de diversas provisões, incluindo as provisões para contingências e devedores duvidosos.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

Os recursos aplicados nas atividades de investimento registraram uma redução de R\$135,8 milhões, passando de R\$170,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$34,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, que representou uma redução de 79,8%. Os principais fatores que originaram essa variação foram:

- R\$97,7 milhões de redução nas aplicações no ativo imobilizado e no ativo intangível; e
- R\$38,1 milhões de redução em aplicações na aquisição de participações societárias.

Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

Os recursos gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamento reduziram R\$321,1 milhões, passando de uma geração de caixa pelas atividades de financiamento de R\$114,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

para uma aplicação de caixa nas atividades de financiamento de R\$206,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, explicado principalmente pelo aumento líquido de R\$352,8 milhões nas amortizações de financiamento e descontos de cambias de exportação, que foi parcialmente compensado por um aumento de R\$31,7 milhões nos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio.

10.2 – Resultado operacional e financeira

a) Resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Quase a totalidade da receita operacional líquida de vendas da Companhia (91,7%, 91,4% e 94,4% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, respectivamente) advém da venda de componentes para motores. O restante é proveniente da venda de filtros automotores.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macro-Econômico Brasileiro

O desempenho do setor de bens de capital, no qual se incluem as indústrias da cadeia automotiva e de autopeças, é fortemente influenciado pelo desempenho da economia. Uma redução no nível de atividade na economia brasileira em geral e no setor primário em especial pode afetar negativamente o desempenho dessas indústrias como um todo e, conseqüentemente, o nosso resultado operacional e desempenho financeiro.

O PIB brasileiro cresceu em termos reais 5,1% em 2008, decresceu 0,2%. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicado pelo IBGE, foi de 5,9%, 4,3% e 5,9% em 2008, 2009 e 2010, respectivamente. De janeiro de 2007 a dezembro de 2010, o real valorizou-se 4,5% frente ao dólar norte-americano. A taxa de desemprego diminuiu de 9,3% em dezembro de 2007 para 6,7% em dezembro de 2010. As reservas internacionais aumentaram de US\$180,3 bilhões em 2007 para US\$ 288,0 bilhões em 2008, e a proporção da dívida pública líquida em relação ao PIB caiu de 45,5% para 40,4% durante o mesmo período.

Em 2008, o Brasil recebeu a classificação de grau de investimento (*investment grade*) pela Standard & Poor's e Fitch Ratings. Em setembro de 2009, a Moody's conferiu ao Brasil a classificação de *investment grade*. A melhoria na classificação ressaltou o ambiente econômico favorável ao Brasil no médio prazo, refletindo a maturidade de suas instituições financeiras e da estrutura política do país, bem como os avanços na política fiscal e o controle da dívida pública. Esta nota de grau de investimento conferida ao Brasil teve impacto positivo na economia brasileira, uma vez que permitiu que investidores institucionais estrangeiros com restrições para investimentos em mercados sem esta nota pudessem investir no

Brasil pela primeira vez, aumentando, assim, a demanda por títulos emitidos pelo governo federal brasileiro e por empresas brasileiras que atingiram a mesma classificação de crédito.

No segundo semestre de 2008, as condições econômicas globais pioraram significativamente, em função da crise financeira mundial. Os efeitos imediatos sobre a economia brasileira incluíram a redução do crescimento econômico e desvalorização da moeda, que teve seu valor, em relação ao dólar, reduzido em 37,8% entre agosto e outubro de 2008 (de R\$1,56/US\$1,00 em 04 de agosto de 2008 para R\$2,51/US\$1,00 em 7 de dezembro de 2008). O mercado de capitais brasileiro também foi prejudicado, como indicado pela queda do índice Ibovespa, que caiu 49,0% entre 19 de maio de 2008 e 30 de dezembro de 2008.

Após estes impactos iniciais, no entanto, a economia brasileira retomou sua tendência de crescimento anterior, com geração de renda crescente, estabilidade nas taxas de emprego e uma rigorosa política de controle da inflação. O aumento do PIB no primeiro trimestre de 2010, anunciado em setembro pelo IBGE, foi de 9,0% em relação ao mesmo período de 2009 e de 2,7% em relação ao último trimestre de 2009. Ainda segundo o IBGE, o rendimento médio real dos trabalhadores no Brasil aumentou 8,9% no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, enquanto a taxa de desemprego diminuiu para 6,7% em dezembro de 2010.

A tabela abaixo mostra a variação dos principais índices macroeconômicos para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2008	2009	2010
Crescimento real do PIB(1)	5,1%	(0,2)%	7,5%
Inflação (IGP M)(2)	9,8%	(1,7)%	11,3%
Inflação (IPCA)(3)	5,9%	4,3%	5,9%
Taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI – média do ano(4)	12,3%	10,0%	9,8%
TJLP(5)	6,3%	6,1%	6,0%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar	(24,2)%	33,8%	4,5%
Taxa de câmbio ao fim do período – R\$/US\$1,00	R\$2,34	R\$1,74	R\$1,67
Taxa média de câmbio – R\$/US\$1,00(6)	R\$1,84	R\$1,99	R\$1,76

Fontes: IBGE, Fundação Getulio Vargas, Banco Central do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, ou BNDES.

- (1) PIB medido pelo IBGE. (2) A taxa de inflação para o Índice Geral de Preços-Mercado, ou IGP-M, é medida pela Fundação Getulio Vargas. O IGP-M é um índice de preços no mercado consumidor, no mercado atacadista e no mercado da construção.
- (3) A taxa de inflação dos bens de consumo, publicada pelo IBGE, mede a inflação que afeta as famílias com renda entre um e 40 salários mínimos mensais, em 11 regiões metropolitanas do país.
- (4) Por ano. O CDI é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil, considerando apenas as operações de um dia útil de prazo.
- (5) Por ano. TJLP é a taxa de juros de longo prazo cobrada pelo BNDES.

- (6) Média das taxas de câmbio no final de cada mês durante o período.

Poder Aquisitivo dos Consumidores

Conforme cresce o poder aquisitivo da população brasileira aumentam as vendas de veículos novos, ou em menor grau, a manutenção de veículos usados e, portanto, a vendas dos nossos produtos e serviços.

Políticas de Juros

Um incremento nas taxas de juros e/ou uma redução nos prazos de financiamento ao consumidor afetam os resultados da companhia, uma vez que menor volume de linhas de crédito tende a reduzir as vendas de veículos que por sua vez reduzem a demanda pelos produtos e serviços que vendemos.

Flutuações nas Taxas de Câmbio

Parcela significativa de nossas vendas é oriunda das nossas exportações. Desta forma, uma valorização do real frente às moedas dos nossos principais mercados consumidores no exterior, principalmente na região do NAFTA, encarecem nossos produtos e serviços quando cotados naquelas moedas, tornando-os menos competitivos e diminuindo as receitas das nossas exportações.

Como exemplo, citamos o ano de 2003 em que a moeda norte-americana fechou cotada a R\$2,89/US\$ (R\$3,53/US\$ em 31.12.2002), portanto, a moeda brasileira estava mais desvalorizada em relação à moeda estrangeira, e as exportações respondiam por 57% de vendas. Em 2010, a moeda norte-americana fechou cotada a R\$1,67/US\$, com a moeda brasileira mais valorizada, as exportações caíram para 33% das vendas.

Flutuações nos Preços de Matérias Primas

Nosso custo dos produtos vendidos é afetado pelas oscilações das matérias primas que utilizamos em nossos processos produtivos. No segmento de componentes de motores, os insumos metálicos, principalmente níquel, alumínio, cobre e aço, têm grande peso no nosso custo dos produtos vendidos, e a variação dos preços dos insumos metálicos tendem a afetar o custo dos produtos vendidos no segmento de componentes de motores. No segmento de filtros, papéis filtrantes e resinas compõem os principais insumos e a variação de preços de tais insumos tende a ter um impacto significativo no custo dos produtos vendidos.

De 2008 para 2009 houve uma redução nos preços das principais matérias-primas, devido à crise global, causando uma queda nos preços lastreados nas cotações da London Metal Exchange (LME): alumínio, -21%; estanho, -19%; bem como ferro-gusa, -19%; poliamida, -16,4%; e polipropileno, -28,4%.

De 2009 para 2010 houve um aumento expressivo nos preços das principais matérias-primas, devido à recuperação econômica dos países emergentes e a retomada gradativa dos principais mercados

internacionais: LME: alumínio, +22%; níquel, +34%; cobre, +25%; estanho, +73%; bem como ferro-gusa, +32% decorrente do aumento de preços do carvão vegetal e de minério de ferro; aços para válvulas, +30%; e poliamida, +12,10%.

Custos de Mão de Obra

Como as operações da Companhia envolvem o uso intensivo de mão de obra, os custos com mão de obra têm influência significativa nos resultados da Companhia, sendo que responderam por 29% do custo dos produtos vendidos em 2010. Reajustes nos custos de mão de obra tendem a aumentar o nosso custo dos produtos vendidos, nossas despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, uma vez que os dissídios coletivos abrangem não apenas o pessoal de fábrica, mas também o pessoal dos departamentos de vendas e administrativo, reduzindo, portanto, o nosso lucro. Ultimamente, os reajustes médios do custo com mão de obra com base nos diversos dissídios coletivos de 11%, 7% e 9% em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.

Ganhos de Produtividade e Saltos Tecnológicos

Os contratos de fornecimento usualmente possuem cláusula de produtividade anual solicitada pelo cliente, que prevê repasse de ganhos de produtividade preestabelecidos. Deste modo, é necessário ganhar produtividade para preservar nossas margens.

Atuamos em um setor altamente competitivo e que demanda um alto grau de inovação tecnológica. Temos alcançado destaque em nosso setor em função de focarmos nossa atuação no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, tanto no sentido do lançamento de novos produtos inovadores quanto em novas aplicações e aprimoramentos dos produtos já existentes, visando a descommoditização dos mesmos. Neste sentido, os saltos tecnológicos nos permitem vender produtos e serviços com margens mais elevadas.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

Modificação de Preços

Em 2010, houve aumento no preço dos nossos componentes de motores vendidos tanto no mercado interno de equipamento original como no mercado interno de peças de reposição, contribuindo para o aumento da receita operacional líquida obtida nestes segmentos naquele ano. No mesmo ano, também houve aumento nos preços dos nossos filtros vendidos no mercado interno de equipamento original, o que também contribuiu para o aumento da receita operacional líquida de vendas deste segmento.

Taxas de Câmbio

Como nossa receita de vendas para o mercado externo é denominada em moeda estrangeira, principalmente o dólar norte americano e o Euro, enquanto que na nossa moeda funcional é o real, valorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito de reduzir nossa receita de vendas de exportações mesmo que o preço de tabela (em moeda estrangeira) dos nossos produtos e o volume de produtos vendidos não tenham sofrido reduções. Isto ocorreu com nossas exportações em 2010, tendo em vista a valorização do real naquele ano, tendo o efeito sido mais sentido no mercado externo de peças de reposição, uma vez que tal mercado havia sofrido menos no ano anterior com a crise financeira global.

Alteração de Volume

Exceto pelo mercado externo de peças de reposição de filtros, todos os outros segmentos de atuação da Companhia experimentaram um aumento na quantidade de volume vendido em 2010, contribuindo para o aumento das receitas de venda em todos eles.

Aquisição de Ativos

Com a aquisição da MBR, o negócio de anéis de pistão que a Companhia não possuía anteriormente a esta transação foi incorporado por ela. No entanto, os resultados e, portanto, das receitas e posição patrimonial do negócio de anéis de pistão anteriormente conduzidos pela MBR foram absorvidas contabilmente pela Companhia já a partir de 1º de novembro de 2010.

c) Impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia

Taxa de Câmbio

A valorização do real frente ao dólar e ao euro causou, em 2010, uma variação cambial líquida negativa sobre o saldo positivo dos ativos e passivos em moeda estrangeira, contribuindo para a despesa financeira líquida daquele ano, a qual foi quase que integralmente compensada com ganhos líquidos advindos de operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratados pela Companhia no intuito de protegê-la de oscilações cambiais.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2010, a Companhia adquiriu 100% das ações da MAHLE Participações, que, anteriormente a este negócio, havia incorporado a MBR. Esta empresa, por sua vez, conduzia atividade operacional de produção e comercialização de anéis de pistão, acrescentando este importante componente de motor ao segmento de igual nome da Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há outros eventos ou operações usuais com efeito relevante nos nossos resultados operacionais além da aquisição do negócio de anéis de pistão anteriormente conduzidos pela MBR.

A adoção das IFRS pela Companhia em 2010 teve efeito relevante no preparo de suas demonstrações financeiras e na contabilização de seus resultados operacionais e posição patrimonial mas não na geração de caixa da Companhia.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2008, entraram em vigor a Lei 11.638/07, bem como a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. As alterações promovidas visam, principalmente, possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Nesse processo de convergência, diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Como parte deste processo de harmonização às práticas contábeis internacionais, a Companhia vem adotando como base para a apresentação e elaboração das suas demonstrações contábeis os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Companhia avaliou os efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e às orientações, os quais, até as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e

abertura de 2009 apresentados comparativamente, representado principalmente pelo ajuste do custo atribuído.

Sem prejuízo de outros pronunciamentos relevantes adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras anteriores, no contexto da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as IFRS, destacamos adiante os principais pronunciamentos que impactaram as demonstrações contábeis e notas explicativas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010:

- Apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros e demais informações relacionadas conforme Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, Mensuração e Evidenciação.
- Opção de adoção do uso do custo atribuído (*deemed cost*) e revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e demais informações sobre aspectos de divulgação conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.
- Divulgação das informações financeiras por segmento conforme Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por Segmento. A partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, com efeitos comparativos nos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009.
- Avaliação, mensuração e registro de combinações de negócios, conforme Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinações de negócios. A partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, com efeitos comparativos nos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, aspectos de mensuração e divulgação são requeridos para as combinações de negócios existentes.
- Uso do procedimento de consolidação proporcional para as participações em empreendimentos controlados em conjunto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 19 - Investimento em empreendimentos controlados em conjunto. O compartilhamento do controle em empreendimentos existe quando, contratualmente estabelecido, as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Segue abaixo uma tabela que demonstra como a transição para as normas IFRS afetou a posição patrimonial e financeira, os

desempenhos financeiros e os fluxos de caixa consolidados da Companhia em 31.12.2009.

Composição dos ajustes	31.12.2009
	(em milhões de reais)
Ajuste participação de acionistas não controladores	(2.592)
Ajuste de consolidação de controlada em conjunto	1.752
Ajuste líquido	(840)
Depreciação do custo atribuído ao ativo imobilizado	51.242
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos - RTT	17.423
Ajuste líquido	33.819
Efeitos dos ajustes no resultado e patrimônio líquido	32.979

c) Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contém parágrafo de ênfase destacando que as demonstrações financeiras individuais da MAHLE Metal Leve S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais práticas diferem das IFRS no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, uma vez que em IFRS os investimentos são avaliados pelo valor justo enquanto que pelas práticas contábeis adotadas no Brasil os mesmos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo sido este, portanto, o método utilizado para avaliar investimentos nas demonstrações financeiras individuais da MAHLE Metal Leve S.A.

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados, sendo que as principais fontes de incertezas e estimativas são as descritas abaixo.

Impairment de Ágio

A administração da Companhia avalia o ágio apurado nos seus investimentos em companhias controladas utilizando o método de fluxo de caixa descontado para avaliar a existência de perdas de recuperabilidade (*impairment*), com conseqüente registro de

provisões quando o valor de recuperação for inferior ao valor do ativo registrado.

Os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação destes ativos, sempre com base em eventos ou alterações significativas que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando aplicável, quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período, não podendo ser revertida quando for relacionada a intangíveis.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são analisados separadamente para cada unidade geradora de caixa para fins de determinação de necessidade para constituição de provisão de *impairment*.

Foi identificada e registrada uma provisão para perda no valor recuperável no ágio registrado por expectativa de rentabilidade futura nos investimentos MAHLE Argentina S.A. em 2010 e MAHLE Filtroil Ind e Com. de Filtros Ltda. em 2009. Os valores da provisão de perdas foram contabilizados na Demonstração do Resultado na rubrica “Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas”.

- Esses ativos foram registrados com base na perspectiva da rentabilidade futura das controladas adquiridas, sendo componentes de motores os segmentos operacional da MAHLE Argentina S.A. e filtros industriais da MAHLE Filtroil Ind. e Com. de Filtros.
- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso. A Administração utilizou projeções orçamentárias fundamentadas em rentabilidade futura associadas às atividades da controlada, com a metodologia do fluxo de caixa descontado, tendo como base o ano de 2010. O período projetivo assumido é de cinco anos e considera como valor residual uma perpetuidade calculada com base no fluxo de caixa normalizado do último ano do período projetivo. As projeções foram realizadas em termos nominais e contemplaram, além das taxas de crescimento do volume de venda, as correções de preços pela inflação.

As principais taxas utilizadas para determinação do valor da companhia controlada através do fluxo de caixa descontado foram:

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Valor Terminal
Taxa livre de risco	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%
Premio de risco	9,75%	9,75%	9,75%	9,75%	9,75%	9,75%	9,75%
Custo da dívida	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Premio de Mercado	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Beta desalavancado	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
(Premio de Mercado+Premio de Risco) x beta fator	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa de Risco ajustada - desalavancada	14,30%	14,30%	14,30%	14,30%	14,30%	14,30%	14,30%

Para os demais ágios da Companhia, não foram identificadas quaisquer perdas por *impairment*.

Valores Justos dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia são negociados em mercado de balcão não organizado. A Companhia usa nas suas técnicas de avaliação do valor justo desses instrumentos financeiros as mesmas técnicas utilizadas pelas instituições financeiras atuantes nos mercados derivativos. A Companhia obtém o máximo dos inputs possíveis, não considerando nas taxas aplicáveis para o cálculo do valor justo os efeitos do risco dos instrumentos financeiros e de eventuais liberalidades e flexibilizações concedidas pela contraparte no âmbito das relações comerciais.

Perdas com Contratos

As perdas com contratos referem-se a perdas estimadas em contratos de fornecimentos futuros para o mercado interno e de exportação. Neste contexto, para determinados contratos calcula-se a expectativa de perdas tendo em vista diversos fatores, tais como: (i) um significativo aumento de custo de produção para o qual é esperado uma defasagem até ser possível repassá-lo ao preço do produto final e (ii) uma variação significativa das taxas cambiais para a qual se espera incorrer numa perda para vendas ao mercado externo já contratadas. A provisão para perdas com contratos é constituída com base em uma análise das vendas contratadas em carteira para os meses subsequentes e realizada em montantes tidos com suficientes para fazer face às perdas estimadas.

Vidas Úteis de Ativos Imobilizados

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados ou amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações

significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

Atualmente, a Companhia utiliza o método de depreciação linear que, durante os procedimentos para reavaliação dos ativos, passou por uma revisão, porém não foram identificadas mudanças significativas. Sendo assim, as taxas de depreciação, bem como a vida útil estimada dos ativos, permanecerão as mesmas conforme demonstrado abaixo:

	Vida útil Estimada (Em anos)	Taxa depreciação (Anual)
Terrenos	Não mensurável	-
Edifícios e construções	25 anos	4%
Máquinas, equipamentos e Instalações	5 a 10 anos	10-20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Bens de transporte	5 anos	20%

Avaliação de Recuperabilidade de Estoques

A Companhia revisa trimestralmente o valor de venda dos estoques com base nas tabelas de preços vigentes à época, líquido de impostos, bem como a demanda esperada para os mesmos, visando garantir que os estoques sejam registrados pelo menor valor entre o seu custo histórico médio e o valor líquido de realização esperado. Se o valor líquido de realização esperado for menor que o custo histórico médio, a Companhia faz uma provisão. Os fatores que podem impactar a demanda e os preços estimados de venda incluem o momento e sucesso de futuras inovações tecnológicas, as ações dos concorrentes, os preços dos fornecedores e as tendências econômicas.

Provisão para Garantia

A Companhia oferece garantias de seus produtos e estima, a valor presente, o valor do custo de reclamações de garantias futuras para as vendas do período corrente. A Companhia utiliza informações de reclamações históricas de garantia, assim como tendências recentes que poderiam sugerir que as informações passadas de custo podem diferir de reivindicações futuras. Os fatores que poderiam ter impacto sobre as informações e custos estimados relativos a reclamações incluem o resultado de iniciativas de qualidade da empresa e os custos de peças e mão de obra.

Com relação a casos não identificados, a Companhia constitui provisões para garantias com base em percentuais históricos de gastos. Com relação a casos já identificados a Companhia constitui provisões para garantias estimando o montante de recursos a serem despendidos na substituição e reparo de produtos, incluindo em decorrência de *recalls*.

Provisão para Contingências

De acordo com a IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle. A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando a avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras.

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da Companhia relativos à preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e alienações dos ativos da Companhia; (ii) fornecem segurança de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente

aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão feitos somente de acordo com autorizações da Administração da Companhia; e (iii) fornecem segurança em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relativos às demonstrações financeiras podem não prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre a sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas a risco de que os controles internos possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou de que o grau de adequação com as políticas e procedimentos possa se deteriorar.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como resultado dos trabalhos de revisão de controles internos realizados pela BDO Auditores Independentes, não foram identificados pontos relevantes sobre os controles internos da Companhia que pudessem impactar ou afetar suas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2010 e 2009.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de valores mobiliários nos últimos três exercícios.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de valores mobiliários nos últimos três exercícios.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de valores mobiliários nos últimos três exercícios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) Natureza e propósito da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 – Plano de negócios

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O principal investimento da Companhia nos últimos três anos foi a sua aquisição da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR, e o negócio de anéis de pistão desta empresa, por R\$818,0 milhões em novembro de 2010. Espera-se que esta aquisição proporcione diversos benefícios para a Companhia, como sinergias com a maximização de receitas, aumento de eficiência e competitividade para desenvolvimento futuro dos mercados, bem como redução de custos financeiros, técnicos e operacionais.

Em 28 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu o negócio de *aftermarket* na Argentina do Grupo MAHLE pelo preço de US\$8,5 milhões.

A Companhia não possui qualquer investimento relevante em andamento ou previsto para o futuro próximo.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos principais investimentos da Companhia, em especial a aquisição da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR, o negócio de anéis de pistão, tem sido a capitalização de seus acionistas que em 30 de novembro de 2010 aportaram R\$613,5 milhões de capital na Companhia.

O fluxo de caixa operacional historicamente positivo também tem sido uma importante fonte de financiamento dos investimentos da

Companhia. Por fim, linhas de financiamento especiais do BNDES que oferecem taxas e prazos facilitados por meio de programas como o Finame, Finem e Exim também constituem importante fonte de financiamento para os investimentos da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui qualquer desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o futuro próximo.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em novembro de 2010, foi realizada a aquisição da MAHLE Participações e sua subsidiária MBR, permitindo que o negócio de anéis de pistão da MBR fosse transferido para a Companhia, implicando na aquisição pela Companhia das plantas, equipamentos e outros ativos da MBR. Por exemplo, a planta de Mogi Guaçu e respectivos equipamentos da MBR, planta esta que fica ao lado da planta da Companhia, agora faz parte do mesmo complexo industrial da Companhia. Espera-se que os ativos da MBR incorporados pela Companhia poderão influenciar materialmente os resultados, tanto por agregar um importante produto ao segmento de componentes de motores da Companhia como pela sinergia que este produto possui no portfólio de produtos da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia está continuamente conduzindo pesquisas mas tem por prática não as divulgar individualmente, em especial as pesquisas elaboradas em conjunto com seus clientes, a menos que se tenha expectativa de que uma pesquisa individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento pesquisas materiais individualmente consideradas que já tenham sido divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia investiu R\$44,5 milhões com desenvolvimento de tecnologia e produtos, um aumento de R\$7,2 milhões, ou 19,3%, em relação aos R\$37,3 milhões com desenvolvimento de tecnologia e produtos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Por sua vez, os investimentos com desenvolvimento de tecnologia e produtos em 2009 foi de R\$6,9 milhões, ou 15,6%, menos do que os R\$44,2 milhões investidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia está continuamente desenvolvendo novos projetos e produtos mas tem por prática não os divulgar individualmente, em especial os projetos e produtos elaborados em conjunto com seus clientes, a menos que se tenha expectativa de que um projeto ou produto individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento novos projetos ou produtos materiais individualmente considerados sendo desenvolvidos que já tenham sido divulgados.

iv. Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.10(c)(ii) supra.

10.11 – Outros fatores com influência relevante

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRÓ-FORMA

As informações financeiras pró-forma não auditadas representam a combinação das informações de resultado consolidadas levantadas em 31 de dezembro de 2010 da Companhia e suas companhias controladas e da MAHLE Participações Ltda. (empresa que incorporou as operações da MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda. (MBR) em outubro de 2010), como se essas operações tivessem sido transferidas para a companhia em 1º de janeiro de 2010

As informações financeiras consolidadas da MAHLE Participações Ltda. e suas controladas foram preparadas com base em procedimentos contábeis consistentes aos aplicados às demonstrações financeiras consolidadas levantadas em 31 de dezembro de 2010 da Companhia.

Os pressupostos e ajustes pro forma foram desenvolvidos a partir de informações derivadas das informações financeiras da Companhia e são descritas nas explicativas apresentadas a seguir,

As informações financeiras pró-forma não contemplam a realização de economias de custo e de eficiência e sinergias operacionais, e foram preparadas para fins ilustrativos com base em pressupostos e estimativas consistentes com os utilizados no levantamento das informações financeiras consolidadas oficiais da companhia para o exercício de 2010. Estas informações pro forma não devem ser interpretadas como resultados que teriam sido alcançados no exercício ou resultados reais futuros de nossas operações, e, tampouco devem ser consideradas para o cálculo de dividendos ou para quaisquer outros fins.

Estas informações e pró-forma consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas da Companhia.

As informações financeiras consolidadas pró-forma não foram auditadas e não foram preparadas de acordo com as regras para elaboração de informações financeiras pró forma estabelecidas por quaisquer órgãos reguladores.

Valores em milhões de Reais	Ajustes pro-forma			
	MAHLE Metal	MAHLE		Consolidado
	Leve	Participações	Eliminações	Consolidado
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Total
	2010	2010	2010	2010
Receita operacional líquida de vendas	1.823,4	330,1	(106,1)	2.047,4
Custo dos produtos vendidos	(1.332,0)	(210,5)	75,3	(1.467,2)
Lucro Bruto	491,4	119,6	(30,8)	580,2
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(123,4)	(19,1)	2,8	(139,7)
Despesas gerais e administrativas	(94,5)	(22,7)	10,7	(106,5)
Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos	(44,5)	(21,2)	17,3	(48,4)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(109,8)	(12,3)	-	(122,1)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos	119,2	44,3	0,0	163,5
Resultado financeiro, líquido	(10,6)	7,8	-	(2,8)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108,6	52,1	0,0	160,7
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(50,6)	(21,0)	-	(71,6)
Diferidos	25,7	2,6	-	28,3
Lucro líquido do exercício	83,7	33,7	-	117,4
Atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	82,9	33,7	-	116,6
Participação dos acionistas não controladores	0,8	-	-	0,8

CÁLCULO EBITDA	Ajustes pro-forma			
	MAHLE Metal	MAHLE		Consolidado
	Leve	Participações	Eliminações	Consolidado
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Total
	2010	2010	2010	2010
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos	119,2	44,3	0,0	163,5
Depreciação e amortizações	150,5	25,6		176,1
EBITDA	269,7	69,9	0,0	339,6
EBITDA - %	14,8%	21,2%		16,6%

NOTAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO-FORMA NÃO AUDITADAS

1. Bases de Apresentação:

Os pressupostos, premissas e ajustes *pro forma* descrita abaixo foram desenvolvidos a partir das informações financeiras, os registros contábeis e informações gerenciais da Companhia e da MAHLE Participações Ltda. e suas controladas

2. Pressupostos, premissas e ajustes pro forma:

Foram utilizados os seguintes critérios para preparação das informações financeiras consolidadas pró-forma:

a) Utilizamos como premissa de considerar a operação da MAHLE Participações Ltda. e suas controladas como se tivesse sido incorporada pela Companhia em 1º de janeiro de 2010.

b) A informações financeiras consolidadas *pró-forma* não foram auditadas, e foram preparadas apenas para fins ilustrativos e não devem ser utilizadas como parâmetro de indicação de lucro líquido ou situação financeira que teriam sido obtidos caso a MAHLE Participações Ltda. e suas controladas tivessem sido incorporadas pela Companhia na data acima ou como indicação de lucro ou situação financeira futura ser obtido.

c) Não foram consideradas na elaboração dessas informações financeiras realização eventuais economias de custo, eficiência e de sinergias operacionais advindas da incorporação da MAHLE Participações Ltda. e suas controladas pela Companhia.

d) Na realização da iminente oferta pública de ações da Companhia que foi prometida como parte deste negócio esperamos incorrer em custos relacionados à comissões de agentes de colocação, taxas de advogados e auditores externos, bem como impressão de documentos e outras despesas, as quais não foram consideradas na preparação dessas informações financeiras *pró-forma*.

3 – Ajustes *pró forma*:

Os ajustes *pró-forma* realizados referem-se à incorporação ao balanço consolidado da Companhia dos saldos das contas de receitas e despesas correspondentes ao período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de outubro de 2010, auferidos pela MAHLE Participações Ltda. e suas controladas, líquidas das eliminações entre as companhias neste consolidado *pró-forma* uma vez que o resultado dessas operações dos meses de novembro e dezembro de 2010, já se encontram integrados ao resultado consolidado da Companhia.

4 – Resumo dos principais conceitos contábeis utilizados na apuração dos saldos das contas de resultado (receitas e despesas) *pró-forma* ajustados:

a) Foram aplicadas as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

5 – Cálculo EBITDA – realizado com base nos saldos apurados nos demonstrativos de resultados consolidados da Companhia e da MAHLE Participações Ltda. e suas controladas, preparados para fins ilustrativos e não devem ser interpretadas como resultados que teriam sido alcançados no exercício findo em 2010 ou futuros, e,

tampouco, devem ser utilizados como parâmetro para tomada de decisões de investimento na Companhia.

PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício.

2010 (R\$ milhões)
83,7

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Em 2010 a Companhia distribuiu juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de novembro de 2010, sendo:

- Juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 25,2 milhões (e R\$ 21,9 milhões líquido de IR), pagos em 02 de dezembro de 2010, correspondentes aos valores líquidos de I.R. de R\$ 0,66494951 por ação ordinária e R\$ 0,73144446 por ação preferencial.
- Dividendos intermediários, no montante de R\$ 55,8 milhões, correspondendo a R\$ 1,72942561 por ação ordinária e R\$ 1,90236817 por ação preferencial, pagos na mesma data.

A importância correspondente aos juros sobre o capital próprio foi computada na determinação do valor dos dividendos obrigatórios dos exercícios de 2009 e 2010, em conformidade com o Artigo 7º do Estatuto Social.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

2010 (%)
72,64%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

-	2009 (R\$ mil)	2008 (R\$ mil)
Montante global	28.558	27.695
Valor por ação (em reais)	R\$ 1,121805/ação PN R\$ 1,019823/ação ON	R\$ 1,089518/ação PN R\$ 0,990471/ação ON

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, o saldo de R\$ 26.683 mil será proposto ser transferido à conta de Reserva para expansão e modernização, portanto os subitens seguintes não são aplicáveis.

a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Não aplicável.

b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não aplicável.

c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não aplicável.

d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Não aplicável.

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**

2010 (R\$ milhões)
77,8

b. **Informar a data dos respectivos pagamentos.**

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram pagos em 2 de dezembro de 2010.

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

2010 (R\$ milhões)	2009 (R\$ milhões)	2008 (R\$ milhões)	2007 (R\$ milhões)
83,7	22,9	30,3	nd

b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

-	2009 (R\$ milhões)	2008 (R\$ milhões)	2007 (R\$ milhões)
Dividendo	-	-	10,0
JCP (Bruto)	32,9	31,9	27,9

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

2010 (R\$ milhões)
4,1

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal. R\$ mil

Lucro Líquido de 2010	83.713
(-) Lucro atribuível aos acionistas não controladores	862
(=) Lucro atribuível aos acionistas da controladora	82.851
(x) Percentual Destinado à Reserva Legal - 5%	4.143

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O Estatuto Social, em seu art. 7º, prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/1976, ao pagamento do dividendo anual obrigatório. Considerando que o capital social da Companhia é representado apenas por ações ordinárias, o dividendo obrigatório é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício, após os ajustes previstos em lei, pelo número de ações ordinárias emitidas pela Companhia, descontadas as ações mantidas em tesouraria.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo mínimo obrigatório, calculado conforme descrito no item 10(a), foi antecipado e pago integralmente no exercício de 2010.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, visto que não houve retenção no pagamento de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável, visto que não houve retenção no pagamento de dividendos.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, visto que não houve retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, visto que não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de

contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

Conforme a destinação do lucro líquido do exercício (Nota Explicativa nº22 das demonstrações financeiras do exercício social de 2010), o saldo de lucros acumulados, no montante de R\$26,7 milhões, será destinado à conta de “reserva para expansão e modernização”.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Os investimentos previstos no orçamento de capital da MAHLE Metal Leve S.A. aprovado pela administração da Companhia em 3 de dezembro de 2010, e complementado em 22 de março de 2011, demandarão recursos da ordem de R\$94,3 milhões em 2011, destinados: a) novos produtos e processos; b) racionalização da produção; c) máquinas e equipamentos; d) qualidade; e) construções e tecnologia da informação; f) intangíveis e g) outros, os quais serão submetidos para aprovação na próxima Assembléia Geral Ordinária.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

PARA FINS DO ARTIGO 10 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

12.6. Administradores e membros do Conselho Fiscal:

Conselho de Administração:

Nome	Idade	Profissão	CP ou número do passaporte	Cargo eletivo ocupado	Outros cargos ocupados na Companhia	Data de Eleição	Data Posse	Prazo do mandato	Eleito por controlador
Peter Paul Wilhelm Grunow	61	Administrador de Empresas	044.222.338-23	Presidente do Conselho de Administração	-	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim
Claus Hoppen	55	Administrador de Empresas	192.134.680-91	Membro do Conselho de Administração	Diretor Presidente	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim
Heinz Konrad Junker	61	Doutor em Engenharia Mecânica	219.554.108-36	Membro do Conselho de Administração	-	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim
Bernhard Volkmann	61	Doutor em Economia	061.909.908-76	Membro do Conselho de Administração	-	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim
Liliana Faccio Novaretti	53	Advogada	088.461.928-18	Membro suplente do Conselho de Administração	-	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim
Márcio de Oliveira Santos	67	Advogado	007.264.868-68	Membro suplente do Conselho de Administração	-	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim
Vicente Roberto de Andrade Vietri	70	Advogado	008.524.818-53	Membro suplente do Conselho de Administração	-	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim
Coaraci Nogueira do Vale	69	Advogado	048.359.028-91	Membro suplente do Conselho de Administração	-	29.04.2011	29.04.2011	até a AGO de 2012	Sim

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem conselho fiscal permanente. Nos termos do Art. 161, § 2º da Lei 6.404/76 e do Art. 27 do Estatuto Social da Companhia vigente e Art. 25 da nova proposta, o conselho fiscal será instalado pela assembléia geral a pedido dos acionistas, oportunidade em que serão eleitos os seus membros. Até a presente data, a Companhia não recebeu qualquer manifestação de seus acionistas nesse sentido.

Diretoria:

Nos termos do Art. 142, II da Lei nº 6.404/76 e do Art. Art. 20 do Estatuto Social da Companhia vigente e Art. 18 da nova proposta, os membros da Diretoria serão eleitos de acordo com deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, a qual ocorrerá após a eleição de seus membros na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se em 29 de abril de 2011.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não conta com a existência de qualquer comitê, seja ele estatutário ou não e não haverá eleição de Comitês na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se em 29 de abril de 2011.

12.8. Currículos dos Administradores indicados pelos acionistas controladores:

Conselho de Administração – membros titulares:

PETER PAUL WILHELM GRUNOW

Administrador de Empresas graduado pela Universidade de Frankfurt na Alemanha. Nascido em 25/04/1949. Diretor Presidente da Behr GmbH & Co. KG, ex-Diretor da MAHLE GmbH, quando foi responsável mundialmente pela Divisão de Filtros, ex-Diretor-Presidente e de Relações com Investidores da MAHLE Metal Leve S.A.

De 2001 a setembro de 2010 - Membro da Diretoria Mundial do Grupo MAHLE;

1999 - Presidente do Conselho de Administração da MAHLE Metal Leve S.A. e MAHLE Cofap Anéis S.A., Brasil;

1996 - Diretor Presidente da Metal Leve S.A., São Paulo, Brasil;

1994 - Diretor Administrativo/Presidente do Conselho de Administração da MAHLE J. Wizemann-Pleuco GmbH;

1991 - Diretor Administrativo da MAHLE J. Wizemann Verwaltungs GmbH;

1984 - Diretor Administrativo da CIMA, Brasil;

1981 - Diretor Administrativo da MMG, Brasil;

1978 - Assistente da Diretoria da MAHLE GmbH;

1976 - Controladoria de uma divisão de negócios da MAHLE GmbH;

1974 - Assistente da Chefia de Controladoria e Contabilidade da MAHLE GmbH;

1974 - Graduação em Administração de Negócios, Universidade de Frankfurt, Alemanha.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou

administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CLAUS HOPPEN

Administrador de Empresas Graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nascido em 07/10/1955. Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração da MAHLE Metal Leve S.A.

2004-2005 - Acumulou além do seu cargo no Brasil a função de Vice Presidente Executivo e Membro do Management Committee da MAHLE GmbH-Stuttgart, Alemanha, com responsabilidade como diretor mundial para o mercado de reposição (Aftermarket) do Grupo MAHLE.

Desde 2000 - Diretor Presidente da MAHLE Metal Leve S.A. e MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda.

1991 - Iniciou no Grupo MAHLE como Diretor de Controladoria, tendo atuado até 2000 em diversas áreas como Comercial, Contabilidade e Finanças, Recursos Humanos, Compras, Informática.

1989-91 - Controller Melitta Indústria e Comércio Ltda.

1985-89 - Controller e Diretor Administrativo-Financeiro Wacker Química do Brasil Ltda.

1983-85 - Bolsista da Fundação Krupp na Alemanha com especialização em Controladoria pela Controller Akademie-Gauting, Munique – Alemanha.

1978-83 - Chefe Departamento Feiras e Exposições da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (São Paulo).

1978 - Graduação em Administração de Empresas e Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Outras Atividades:

2002-04 - Vice Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (São Paulo)

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em coordenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

HEINZ KONRAD JUNKER

Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade de Tecnologia da Renânia Setentrional Westfalia em Aachen. Nascido em 16/12/1949. Presidente Mundial do Grupo MAHLE.

Desde 1996 – Presidente Mundial do Grupo MAHLE;

1994 - Professor honorário na Universidade de Ruhr de Bochum, Alemanha;

1993 - Diretor Administrativo da TRW Fahrwerksysteme GmbH, Alemanha;

1988 - Membro da Diretoria de Projetos, Desenvolvimento e Gestão de Qualidade da TRW Ehrenreich;

Desde 1987 - Professor Conferencista na Universidade de Ruhr de Bochum para Engenharia Automobilística;

1986 - Chefe de Engenharia de Desenvolvimento de Produto na TRW Ehrenreich, Düsseldorf, Alemanha;

1985 - Diretor Administrativo adjunto da FKA (Pesquisa Corp. Automobilística) Aachen;

1984 - Ph.D. no Instituto de Engenharia Automobilística, Universidade de Tecnologia (RWTH) Aachen, Alemanha;

1975 - Graduação em Engenharia Automobilística, Universidade de Tecnologia (RWTH) Aachen, Alemanha.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

BERNHARD VOLKMANN

Doutor em Economia pela Universidade Justus Liebig de Giessen. Nascido em 03/01/1950. Membro da Diretoria na empresa MAHLE GmbH em Stuttgart na Alemanha.

Desde 1997 - Membro da Diretoria Mundial do Grupo MAHLE;

1992-1997 - Diretor Administrativo da Alusingen GmbH, Singen/Hohentwiel, Alemanha;

1982-1991 - Trabalhou para o Grupo Krupp, entre outras atividades no Departamento de controladoria de Fried Krupp GmbH, Essen, Alemanha e no Departamento de administração de negócios do Grupo Krupp na Metalúrgica Campo Limpo Ltda., São Paulo, Brasil;

1982 - Promoção na Faculdade de Economia, Universidade de Gießen, Alemanha;

1975 - Exame para graduação em Economia, Universidade Justus Liebig de Gießen, Alemanha.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselho de Administração – membros suplentes:

VICENTE ROBERTO DE ANDRADE VIETRI

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1966. Nascido em 19/09/1940. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Advogados de São Paulo, Câmara de Comércio França-Brasil, Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA e do Comitê de Administração Estratégica e de Ética do CESA. Atua nas áreas do Direito Societário, Direito Comercial, Direito Tributário e Fusões e Aquisições, no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em abril de 1962 e do qual é Sócio Fundador e Diretor Executivo.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

MÁRCIO DE OLIVEIRA SANTOS

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1965. Nascido em 15/05/1943. Possui especialização em comércio internacional pela Queen Mary College, da Universidade de Londres. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Atua na área de Contencioso Cível, no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em setembro de 1964 e do qual é Sócio Fundador.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

LILIANA FACCI NOVARETTI

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas em 1983. Nascida em 10/01/1958. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Atua nas áreas do Direito Societário e Capital

Estrangeiro, no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em 1980 e do qual é Sócia.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvida em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

COARACI NOGUEIRA DO VALE

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Bauru em 1964. Nascido em 07/01/1942. Técnico em contabilidade pelo Instituto de Ensino “Sedes Sapientiae” de Avaré em 1959. Coursou Administração de Empresas no Richmond Professional Institute, em Richmond, Virginia, USA, em 1965/1966. Possui pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV, em 1966/1968. Membro da OAB, Associação dos Advogados de São Paulo, Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA, Câmara Americana de Comércio, CBar-Comitê Brasileiro de Arbitragem e do Comitê de Administração Estratégica e Ética do CESA. Exerceu atividades de gerente administrativo e financeiro na Cosmopan Filmes de Publicidade Ltda., controller-assistente na Dow Química S.A., gerente de desenvolvimento de negócios na Gould Industrial Ltda., controller e gerente geral assistente na Axios Indústria Mecânica Ltda. Foi sócio da empresa Ciapar Empreendimentos Ltda., prestando assistência a investidores estrangeiros no Brasil, através da empresa Coaraci Nogueira do Vale Consultores Associados S/C Ltda. Em 1990 constituiu a empresa de advocacia Nogueira do Vale Advogados através do qual prestou serviços até junho de 1999 quando se transferiu para o escritório França Ribeiro Advocacia, do qual se tornou sócio em 2001, onde atua na área de assistência a investidores estrangeiros. É membro do Conselho Consultivo da Robert Bosch Ltda.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. **administradores do emissor**
Não aplicável.
- b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
Não aplicável.

- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
Não aplicável.
- d. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**
Não aplicável.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**
Não aplicável.
- b. **controlador direto ou indireto do emissor**
Conforme descrito no item 12.8.a, os Srs. Heinz Konrad Junker e Bernhard Volkmann, membros do Conselho de Administração da Companhia emissora também ocupam cargo de Diretoria na acionista controladora indireta MAHLE GmbH.
- c. **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**
Não aplicável.

**PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA NSTRUÇÃO CVM nº
481/09**

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 3.668.794,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e quatro reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 3.067.594,00 (três milhões, sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais) correspondentes à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 601.200,00 (seiscentos e um mil e duzentos reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2011 e março de 2012.

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Foram omitidas as informações relativas ao exercício de 2008, conforme faculta o art. 67 da Instrução CVM nº 480/09.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém política de remuneração para seus administradores, membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária e membros do Conselho Fiscal alinhada com as melhores práticas de mercado, focada na atração e retenção dos melhores profissionais. As bases de remuneração (fixa e variável) são mantidas em sintonia com as pesquisas de mercado e atreladas aos interesses dos executivos pertencentes ao seu quadro de administradores e aos acionistas da Companhia.

A Política de remuneração variável aplicável aos membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária é focada pelo compartilhamento dos resultados e riscos do negócio, dentro de uma visão transparente, alinhada aos objetivos da Companhia, norteado para a garantia de atingimento de resultados consistentes, contribuindo para o crescimento e vitalidade da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, estabelecida com base nas melhores práticas de mercado, visando à atração e retenção dos melhores profissionais. Os valores da remuneração são iguais para todos os membros do Conselho, exceto para o Presidente que tem definido um valor diferenciado.

b) Diretoria

Os membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária fazem jus à remuneração fixa correspondente a 70% (setenta por cento) e remuneração variável correspondente a 30% (trinta por cento). Por sua vez, a parte variável também se subdivide em uma parcela de 70% (setenta por cento) atrelada a resultados financeiros da Companhia e parcela restante de 30% (trinta por cento) atrelada ao atingimento de metas individualizadas.

O objetivo da parcela variável da remuneração dos membros da Diretoria é retribuir, como forma de compensação, o compartilhamento dos riscos na gestão dos negócios, neste caso sempre atrelado ao atingimento de metas estipuladas para o exercício em questão.

c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, estabelecida com base nas melhores práticas de mercado, e cujo princípio já acima mencionado é o de atrair e reter os melhores profissionais. O valor da remuneração é igual para todos os membros do conselho fiscal.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração definida aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é fixa e corresponde a 100% (cem por cento) da remuneração total.

Como já indiciado acima, para os membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária, a remuneração fixa corresponde a 70% (setenta por cento) do total da remuneração e 30% (trinta por cento) pela remuneração variável, esta paga em parcela única anual, após a consolidação dos resultados da Companhia.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As bases de remuneração atribuídas aos administradores e empregados da Companhia são atualizados pelos índices inflacionários, e ainda são periodicamente acompanhadas/alinhadas com o mercado através de pesquisas realizadas por empresas especializadas, com o objetivo de manter a competitividade dos valores pagos, assim como avaliar possíveis distorções.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia concentra a distribuição em parte fixa e outra variável, pois considera que a parte variável conta com forte conteúdo motivacional, ao mesmo tempo em que possibilita o compartilhamento na responsabilidade de gestão de riscos e na obtenção dos resultados do negócio.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Como informado em itens anteriores, a remuneração variável para a Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária e demais administradores da Companhia está atrelada aos resultados financeiros atingidos pela Companhia e às metas individualizadas fixadas para cada exercício e relativas à performance de cada executivo em sua respectiva área de atuação. Os indicadores de desempenho, composto por um conjunto de metas quantitativas e qualitativas, são específicos de cada área de atuação e definidos anualmente de acordo com os novos projetos a serem implementados. O grau de atingimento dessas metas (inferior, efetivo ou superior à meta pré-estabelecida) determina o valor da remuneração variável.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Qualquer ajuste nos valores da parte fixa da remuneração dos administradores depende da verificação da performance individual e das práticas de mercado e a parcela variável está vinculada diretamente aos resultados financeiros que a Companhia atingir e às metas individuais definidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

As práticas de remuneração utilizadas estão totalmente alinhadas aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, sendo a parte fixa refletindo proximidade às melhores práticas aplicadas no mercado como forma de retenção e atração dos profissionais, neste caso totalmente adequado ao interesse de longo prazo. Por sua vez, a remuneração variável prevista remete para o interesse dos profissionais assim como da Companhia, uma vez que a compensação estará atrelada à performance dentro de cada exercício e ao crescimento dos negócios em períodos futuros, reafirmando a condição de compartilhamento dos riscos e resultados pelos administradores e Companhia.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Prática não aplicada pela Companhia.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Prática não aplicada pela Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. remuneração segregada em:**
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:**
 - salário ou pró-labore**
 - benefícios diretos e indiretos**
 - remuneração por participação em comitês**
 - outros**
 - ii. remuneração variável, segregada em:**
 - bônus**
 - participação nos resultados**
 - remuneração por participação em reuniões**
 - comissões**
 - outros**
 - iii. benefícios pós-emprego**
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**
 - v. remuneração baseada em ações**
- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**
- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Valores de Remuneração reconhecidos no exercício social de 2009 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾:

Em R\$

Ano 2009	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	6
Remuneração Fixa Anual	318.556,80	425.707,20	4.398.772,32
Pró Labore / Honorários	265.464,00	354.756,00	3.164.776,03
Encargos Sociais	53.092,80	70.951,20	886.137,29
Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	347.859,00
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	NA	NA	723.200,00
Bônus	NA	NA	565.000,00
Encargos Sociais	NA	NA	158.200,00
Participação nos Resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	318.556,80	425.707,20	5.121.972,32

⁽¹⁾ com encargos sociais.

Valores de Remuneração reconhecidos no exercício social de 2010 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾ e ⁽²⁾:

Em R\$

Ano 2010	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária (**)
Número de membros	4	3	3,58
Remuneração Fixa Anual	483.038,40	561.600,00	3.415.470,98
Pró Labore / Honorários	402.532,00	468.000,00	2.364.284,25
Encargos Sociais	80.506,40	93.600,00	877.858,06
Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	173.328,67
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	NA	NA	1.472.766,14
Bônus	NA	NA	1.020.185,63

Encargos Sociais	NA	NA	452.580,51
Participação nos Resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	483.038,40	561.600,00	4.888.237,12

(¹) com encargos sociais.

(²) Em reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2010, foram eleitos tão somente 2 (dois) diretores estatutários da Companhia, desta forma a remuneração acima informada contempla os valores de janeiro à abril correspondentes à 6 (seis) diretores e de maio à novembro de 2010, correspondentes à 2 (dois) diretores. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2010 foi eleito mais 1 (um) diretor estatutário, passando a Companhia a possuir 3 (três) diretores estatutários, pelo que no período de novembro a dezembro de 2010, a remuneração informada corresponde a 3 (três) diretores estatutários.

Valores de Remuneração previstos para o exercício social de 2011 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Em R\$

Ano 2011	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	2,33
Remuneração Fixa Anual	594.000,00	561.600,00	2.431.743,56
Pró Labore / Honorários	495.000,00	468.000,00	1.635.188,43
Encargos Sociais	99.000,00	93.600,00	634.289,59
Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	162.265,54
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	NA	NA	978.122,43
Bônus	NA	NA	704.749,93
Encargos Sociais	NA	NA	273.372,50
Participação nos Resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	594.000,00	561.600,00	3.409.865,99

(¹) Com encargos sociais

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Valores de Remuneração Variável reconhecidos no exercício social de 2009 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾:

Em R\$

2009	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	6
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	565.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	⁽²⁾
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	1.130.000,00
Valor efetivamente reconhecido	NA	NA	565.000,00

⁽¹⁾ Sem encargos.

⁽²⁾ As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% (duzentos por cento) em relação ao plano econômico da Companhia e as metas individuais estão limitadas a um atingimento de 100% (cem por cento).

Valores de Remuneração Variável reconhecidos no exercício social de 2010 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾:

Em R\$

2010	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	3,58
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	437.084,01
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	(²)
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	874.168,03
Valor efetivamente reconhecido	NA	NA	1.020.185,63

(¹) Sem encargos.

(²) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% (duzentos por cento) em relação ao plano econômico da Companhia e as metas individuais estão limitadas a um atingimento de 100% (cem por cento).

Valores de Remuneração Variável previstos para o exercício social de 2011 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Em R\$

2011	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	2,33
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	320.340,88
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	(²)
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	640.681,75

(¹) Sem encargos

(²) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% (duzentos por cento) em relação ao plano econômico da Companhia e as metas individuais estão limitadas a um atingimento de 100% (cem por cento).

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria estatutária, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	MAHLE METAL LEVE
Peter Paul Wilhelm Grunow	1 ação ON
Heinz Konrad Junker	1 ação ON
Bernhard Volkmann	1 ação ON
Claus Hoppen	1 ação ON
Mauro Fernando Maria Arruda	10 ações ON
Márcio de Oliveira Santos	1 ação ON
Vicente Roberto de Andrade Vietri	1 ação ON
Liliana Faccio Novaretti	1 ação ON
Coaraci Nogueira do Vale	1 ação ON
Marco Aurélio Rogeri Armelin	1 ação ON

Os Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários não possuem ações das sociedades controladas ou dos controladores diretos e indiretos, exceto o Sr Vicente Roberto de Andrade Vietri que é detentor de 12 cotas da controladora direta da Companhia MAHLE Industria e Comércio Ltda.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

Como já anteriormente explicado, a Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Estatutária, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. Órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga**
 - ii. quantidade de opções outorgadas**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - **em aberto no início do exercício social**
 - **perdidas durante o exercício social**
 - **exercidas durante o exercício social**
 - **expiradas durante o exercício social**
- d. valor justo das opções na data de outorga**
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Reitere-se a explicação já dada de que a Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Estatutária, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. Órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**

- iii. prazo máximo para exercício das opções
- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Estatutária, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. Órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para os membros do Conselho de Administração,

quer para a Diretoria Estatutária, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

a)	2010	Diretoria Estatutária
b) Número de membros		2
c) Nome do Plano = Bradesco Vida e Previdência		
d) Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar		NA
e) Condições para aposentar-se		NA

antecipadamente	
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de Previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.753.462,87
g) Valor acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 147.744,75
h) Se há possibilidade de resgate antecipado e quais condições	Não há possibilidade de resgate antecipado.

Os Planos de Previdência definem como premissa valores de aporte limitado, com meta quando o beneficiário atingir a idade de 60 anos, momento que o beneficiário poderá converter os valores de reserva acumulada em benefícios em forma de renda vitalícia. No caso de desligamento antecipado, antes do atingimento das condições de conversão anteriormente mencionada, não há obrigação da Companhia em aportar os valores faltantes ao atingimento da meta atuarial.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Remuneração relativa ao exercício social de 2009 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾ ⁽²⁾:

Em R\$

Ano 2009	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	6
Valor da maior remuneração individual/ano	144.844,80	141.902,40	1.010.538,09
Valor da menor remuneração individual/ano	86.856,00	141.902,00	635.950,80
Valor médio remuneração individual/ano	106.185,60	141.902,40	853.662,05

⁽¹⁾ Com encargos.

⁽²⁾ Os valores de remuneração individuais são iguais para todos os membros do Conselho Fiscal.

Remuneração relativa ao exercício social de 2010 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾:

Em R\$

Ano 2010	Conselho de Administração ⁽²⁾	Conselho Fiscal ⁽³⁾	Diretoria Estatutária ⁽⁴⁾
Número de membros	4	3	3,58
Valor da maior remuneração individual/ano ⁽⁵⁾	298.996,80	187.200,00	1.496.400,70
Valor da menor remuneração individual/ano	154.420,80	187.200,00	1.075.608,24
Valor médio remuneração individual/ano	207.312,62	187.200,00	1.365.429,36

⁽¹⁾ Com encargos.

⁽²⁾ Um membro renunciou sua remuneração durante todo exercício e outro membro renunciou a partir de sua reeleição na AGO deste exercício. Para o cálculo do valor médio da remuneração do Conselho de Administração, foi considerado o total de remuneração do quadro 13.2 dividido por 2,33 membros.

⁽³⁾ A remuneração anual individual é igual para todos os membros do Conselho Fiscal.

⁽⁴⁾ O valor da menor remuneração individual foi apurado com a exclusão de membros que não exerceram suas atividades durante todo o exercício.

⁽⁵⁾ Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária com a maior remuneração exerceram suas atividades durante todo o exercício de 2010.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui essa prática.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano 2009	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual Remuneração Reconhecida no resultado do emissor	72,73%	NA	NA

Ano 2010	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual Remuneração Reconhecida no resultado do emissor	68,03%	NA	NA

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que

ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que os membros desses órgãos sociais não prestam serviços e, portanto, não são remunerados por qualquer outro serviço ou atuação que não o dos cargos que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Valores de Remuneração reconhecidos no resultado ou de controladores ou de sociedades sob controle comum no exercício social de 2009 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal. Não há valores reconhecidos em sociedades controladas pelo emissor ⁽¹⁾:

Em R\$

Ano 2009	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	6
Remuneração Fixa Anual	2.841.040,76	NA	NA
Pró Labore / Honorários	2.841.040,76	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	484.907,50	NA	NA
Bônus	484.907,50	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	3.325.948,26	NA	NA

⁽¹⁾ Sem encargos.

Tais valores são reconhecidos no resultado da acionista controladora indireta MAHLE GmbH a título de remuneração da Diretoria Executiva.

Valores de Remuneração reconhecidos no resultado ou de controladores ou de sociedades sob controle comum no exercício social de 2010 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria

Estatutária e Conselho Fiscal. Não há valores reconhecidos em sociedades controladas pelo emissor ⁽¹⁾:

Em R\$

Ano 2010	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3	3,58
Remuneração Fixa Anual	2.324.608,55	NA	NA
Pró Labore / Honorários	2.324.608,55	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	408.850,75	NA	NA
Bônus	408.850,75	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	2.733.459,30	NA	NA

⁽¹⁾ Sem encargos.

Tais valores são reconhecidos no resultado da acionista controladora indireta MAHLE GmbH a título de remuneração da Diretoria Executiva.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia emissora.

PARA FINS DO ARTIGO 11 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Proposta de Reforma Estatutária

Anexo em cumprimento ao artigo 11 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, relativo à alteração do Estatuto Social da Companhia a ser submetido aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2011.

A alteração do Estatuto Social da Companhia está inserida no âmbito da Reorganização Societária do Grupo Mahle submetida aos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2010 que, por sua vez, aprovou, dentre outras matérias, a adesão da Companhia ao segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”).

Nessa linha, a proposta de alteração do Estatuto Social que será submetida à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2011 contempla as regras previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa. Em atendimento ao disposto no inciso II do artigo 11 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a administração da Companhia informa que as alterações propostas ao Estatuto Social referentes à inclusão das regras do Novo Mercado, além de serem obrigatórias para adesão da Companhia ao referido segmento de listagem, visam dar maior liquidez às ações de emissão da Companhia, criando um ambiente com maior transparência, proporcionando igualdade de direitos entre os acionistas controladores e investidores.

Adicionalmente, a administração informa que (i) as atividades incluídas no objeto social estão inseridas na fabricação de componentes automotivos, atividades estas que já vêm sendo praticadas pela Companhia e (ii) o Artigo 7º e seu parágrafo único foram transferidos para o Capítulo VI – Do Exercício Social e da Distribuição dos Lucros – por ser mais apropriado. As demais alterações propostas são de formatação e renumeração de artigos. Assim, em atendimento ao disposto no inciso II do artigo 11 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a administração da Companhia informa que as

alterações propostas mencionadas neste parágrafo não produzirão efeitos econômicos.

PROPOSTA

ESTATUTO SOCIAL MAHLE METAL LEVE S.A

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA

~~ARTIGO~~Artigo 1-~~º~~o - MAHLE METAL LEVE S.A. têm sede e foro legal na Avenida Ernst Mahle, 2.000, na Cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

~~PARÁGRAFO ÚNICO~~—Parágrafo único. O Conselho de Administração deliberará sobre a criação e fechamento de sucursais, agências, fábricas ou escritórios, em qualquer localidade do país ou do ~~estrangeiro~~exterior.

~~ARTIGO~~Artigo 2º - Constitui objeto da Companhia a fabricação, venda e revenda, distribuição, importação e exportação de peças e acessórios para fabricação e montagem de motores a explosão e ~~veículos auto-motores, de fabricação própria ou de terceiros~~para a fabricação e montagem de veículos automotores; de todas as espécies de produtos feitos de metal e plástico; de máquinas especiais, ferramentas, dispositivos, instrumentos e aparelhos de medição e precisão; de equipamentos e máquinas em geral; de artefatos de metal e artigos correlatos, de metais ferrosos e não ferrosos e ligas; de programas aplicativos para desenvolvimento de processos metalúrgicos; revenda de papel para a fabricação de filtros, bem como a prestação de serviços inerentes às suas atividades. É lícito à ~~Companhia~~companhia participar do capital de outras sociedades ou companhias, inclusive na condição de controladora ou coligada.

~~ARTIGO~~Artigo 3º - A duração da Companhia é indeterminada.

Artigo 4º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

§ 1º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

§ 2º - Os termos grafados com iniciais maiúsculas utilizados neste Estatuto Social que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

~~ARTIGO 4~~Artigo 5º - O capital Social é de R\$ 966.254.684,00 (novecentos e sessenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 42.769.500 (quarenta e dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

§ 2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

~~PARÁGRAFO PRIMEIRO~~§ 3º - A Companhia poderá adquirir suas próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, sempre mediante autorização do Conselho de Administração.

~~PARÁGRAFO SEGUNDO~~Artigo 6º - A ~~Sociedade~~Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, mediante a emissão de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, até o limite de ~~10.000.000.000~~50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que determinará a ~~espécie~~quantidade de ações a serem emitidas, ~~respeitado~~respeitados o preço de emissão e as condições de colocação.

~~ARTIGO 5º - As ações serão nominativas com ou sem emissão de certificados ou escriturais, a critério do Conselho de Administração. Em sendo~~Artigo 7º - As ações escriturais serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que o Conselho de Administração designar.

~~PARÁGRAFO ÚNICO -~~Parágrafo único. A instituição financeira depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliário - CVM.

~~ARTIGO 6~~Artigo 8º - O Conselho de Administração poderá, na forma do disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76, excluir o direito de preferência na colocação de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de

subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da citada Lei [nº 6.404/76](#).

~~ARTIGO 7º - Ao conjunto de acionistas será sempre atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, depois de diminuído ou acrescido dos valores previstos no "caput" do artigo 202 da Lei 6.404/76.~~

~~PARÁGRAFO ÚNICO - O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.~~

~~ARTIGO 8º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.~~

~~ARTIGO 9º - Os certificados acionários, se emitidos, serão assinados por dois Diretores ou por um Diretor com um procurador ou por dois procuradores com poderes especiais, ou autenticados por chancela mecânica.~~

~~ARTIGO 10 - A Companhia poderá emitir certificados múltiplos de ações e provisoriamente, cautelas que as representem. A substituição e o desdobramento desse certificado, quando pedidos pelos acionistas, serão efetuados dentro do prazo de 15 (quinze) dias e implicarão no pagamento do custo correspondente.~~

~~ARTIGO 11~~[Artigo 9º](#) - As ações novas provenientes de aumento de capital serão distribuídas aos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da respectiva ata.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

~~ARTIGO 12~~[Artigo 10](#) - As reuniões da Assembléia Geral, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelo Conselho de Administração.

~~ARTIGO 13~~[Artigo 11](#) - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que escolherá outro acionista para servir como secretário.

Parágrafo único. Além das matérias que são de sua competência, conforme previsto em lei e no presente Estatuto Social, competirá à Assembleia Geral aprovar:

a) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

b) a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA:

c) a escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para os fins da oferta pública prevista no Capítulo VIII deste Estatuto Social, dentre lista tríplice de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Secção 1: Órgãos administrativos

~~ARTIGO 14~~ Artigo 12 - São os órgãos da administração da Companhia o Conselho de Administração e a Diretoria.

Parágrafo único. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Secção 2: Conselho de Administração

~~ARTIGO 15~~ Artigo 13 - O Conselho de Administração é composto de no mínimo ~~35~~ (três cinco) e no máximo 8 (oito) membros titulares e até igual número de suplentes, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado, pelo prazo de ~~01~~ 1 (hum um) ano, podendo ser reeleitos.

~~PARÁGRAFO PRIMEIRO~~ § 1º - Na mesma Assembléia Geral que o eleger, cada Conselheiro poderá indicar um suplente que, eleito, o substituirá em seus impedimentos ou ausências ocasionais e que, em caso de vaga, completará o seu mandato.

~~PARÁGRAFO SEGUNDO~~ § 2º- O Conselho de Administração, uma vez empossados os seus membros titulares, escolherá dentre eles o seu Presidente.

§ 3º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 4º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76

§ 5º - Quando a aplicação do percentual definido no § 4º acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

~~ARTIGO 16~~Artigo 14 - Se, no Conselho de Administração, ocorrer vaga de Conselheiro que não tenha suplente que o substitua, a Assembléia Geral será convocada no prazo de 30 (trinta) dias para eleger o substituto que completará o mandato do substituído.

~~PARÁGRAFO ÚNICO~~Parágrafo único. No caso de afastamento ou impedimento temporário do Presidente, será ele substituído por outro Conselheiro, escolhido por seus pares.

~~ARTIGO 17~~Artigo 15 - Além de outras atribuições que lhe caibam por expreso mandamento legal ou disposição deste Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- I) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II) Observado o disposto no artigo ~~2018~~ deste Estatuto, eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- III) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- IV) Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias;
- V) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- VI) Autorizar a aquisição e/ou alienação de ações de emissão da Companhia;
- VII) Manifestar-se previamente sobre:
 - a) a contratação de débitos em moeda estrangeira, exceto os oriundos da importação de bens do ativo circulante;
 - b) a aquisição de bens imóveis;
 - c) a aquisição ou cessão da propriedade ou o uso de marcas e patentes, a celebração de contratos de aquisição ou fornecimento de tecnologia industrial;
 - d) a contratação de fornecimento para o exterior, com prazo superior a um ano;

- VIII) autorizar a alienação de bens imóveis, a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, quando de interesse da Companhia, e as obrigações de sociedades coligadas ou controladas;
- IX) escolher e destituir os auditores independentes;
- X) aprovar o orçamento anual e os planos de investimento propostos pela Diretoria;
- XI) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias "Commercial Papers" para distribuição pública observada a legislação em vigor;
- XII) a emissão, para subscrição, de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;-e
- XIII) estabelecimento de programas de "American Depositary Receipts (ADRs);
- XIV) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação para os fins da oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- XV) designar, dentre os Diretores, aquele que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, competindo-lhe prestar as informações necessárias aos investidores, Bolsas de Valores e à Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e
- XVI) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

~~ARTIGO 18~~Artigo 16 - As reuniões do Conselho de Administração serão ordinárias ou extraordinárias, instalando-se com a presença, no mínimo, ~~de 05 (cinco) Conselheiros se o Conselho se compuser de 08 (oito) membros, de 04 (quatro) se o Conselho se compuser de 07 (sete) ou 06 (seis), de 03 (três) se o~~

~~Conselho se compuser de 05 (cinco) ou 04 (quatro) e de 02 (dois) se o Conselho se compuser de 03 (três)~~da maioria de seus membros.

~~PARÁGRAFO PRIMEIRO~~§ 1º - O Conselho de Administração deliberará por maioria absoluta de votos dos Conselheiros presentes.

~~PARÁGRAFO SEGUNDO~~§ 2º - O Conselho de Administração elaborará regimento interno para regular seu funcionamento e dispor sobre a periodicidade das reuniões ordinárias.

~~PARÁGRAFO TERCEIRO~~§ 3º - As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer dos membros do Conselho, mediante comunicação por escrito aos demais, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

~~PARÁGRAFO QUARTO~~§ 4º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho, que além do seu terá voto de desempate.

~~ARTIGO 19~~Artigo 17 - A Assembléia Geral fixará globalmente a remuneração dos membros do Conselho de Administração a qual será entre eles repartida por deliberação do próprio Conselho, sem prejuízo de sua participação no lucro líquido da Companhia, como previsto no ~~artigo 29~~,Artigo 27, II. (b) deste Estatuto.

Secção 3: Diretoria

~~ARTIGO 20~~Artigo 18 - A Diretoria é composta de no mínimo ~~02~~2 (dois) e no máximo ~~09~~9 (nove) Diretores Executivos, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de ~~01~~1 (um) ano, admitida a reeleição.

~~ARTIGO 21~~Artigo 19 - O Conselho de Administração fixará as atribuições dos Diretores, podendo alterá-las a qualquer tempo.

~~ARTIGO 22~~Artigo 20 - A representação da Companhia em juízo, ativa ou passivamente, compete ao Diretor que for designado pelo Conselho de Administração. Ressalvado o disposto no ~~artigo 25~~,Artigo 23, a representação da Companhia far-se-á por intermédio de dois Diretores, de um Diretor e um procurador bastante ou de dois procuradores bastantes. O Conselho de Administração poderá determinar que a Companhia seja representada por um Diretor designado previamente para cada caso específico.

~~ARTIGO 23~~Artigo 21 - Respeitando o disposto no ~~artigo 25~~,Artigo 23, compete a cada Diretor a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, observadas as funções atribuídas a cada um pelo Conselho de Administração.

~~ARTIGO 24~~Artigo 22 - No caso de impedimento ou afastamento temporário de qualquer Diretor, o Conselho de Administração indicará substituto para exercer

as funções no período de impedimento ou afastamento temporário. Em caso de vaga, o Conselho de Administração elegerá o substituto que completará o prazo de gestão do substituído.

~~ARTIGO 25~~[Artigo 23](#) - A validade dos atos de alienação ou oneração de bens do ativo permanente, de aquisição de bens imóveis, e de constituição de garantias por dívidas de terceiros, depende da assinatura, em conjunto, de dois Diretores ou de um Diretor e um procurador ou de dois procuradores.

~~PARÁGRAFO PRIMEIRO~~[§ 1º](#) - Os procuradores da Companhia serão sempre nomeados para fins específicos e por prazo certo, salvo quando se tratar de poderes "ad judicium" ou para a defesa dos interesses sociais em processos administrativos. A nomeação far-se-á por dois Diretores, em conjunto.

~~PARÁGRAFO SEGUNDO~~[§ 2º](#) - - É vedado à Diretoria prestar garantias a obrigações de terceiros, em nome da Companhia, exceto quando devidamente autorizada pelo Conselho de Administração (~~artigo 17~~[Artigo 15](#), VIII deste Estatuto).

~~ARTIGO 26~~[Artigo 24](#) - A Assembléia Geral fixará, globalmente, a remuneração dos Diretores, a qual será entre eles repartida por deliberação do Conselho de Administração, sem prejuízo de eventual participação no lucro líquido da Companhia, conforme disposto no ~~artigo 29~~[Artigo 27](#), II (b) deste Estatuto.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

~~ARTIGO 27~~[Artigo 25](#) - O Conselho Fiscal será composto ~~de~~[por](#) até ~~05~~[5](#) (cinco) membros e ~~até 05 (cinco)~~[igual número de](#) suplentes, ~~acionistas ou não~~, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária.

~~PARÁGRAFO PRIMEIRO~~[§ 1º](#) - A Assembléia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal fixará a sua remuneração, obedecidas ~~as~~[às](#) disposições legais.

~~PARÁGRAFO SEGUNDO~~[§ 2º](#) - O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e será instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas, na forma da lei.

[§ 3º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.](#)

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

~~ARTIGO 28~~[Artigo 26](#) - O exercício social anual termina em 31 de dezembro.

~~ARTIGO 29~~ Artigo 27 - No encerramento do exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

- I) ~~—~~Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.
- II) Com base nos lucros remanescentes e respeitadas as disposições legais, serão calculadas nesta ordem:
 - (a) a participação global dos empregados, competindo à Diretoria estabelecer quais os empregados que perceberão participação e o quantum atribuído a cada um deles;
 - (b) a participação global dos administradores, que será dividida entre eles por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 152, parágrafo primeiro, da Lei nº 6404/76;
- III) O lucro líquido apurado será distribuído na seguinte ordem:
 - (a) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
 - (b) constituição de outras reservas, previstas em lei, e
 - (c) ~~atribuição do dividendo aos acionistas, respeitado o~~ estatuído no artigo 7º deste Estatuto. 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

§ 1º - O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, nos termos do artigo 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

~~PARÁGRAFO PRIMEIRO~~ § 2º - Além do dividendo declarado à conta de lucro apurado em cada balanço semestral, o Conselho de Administração poderá, igualmente, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, bem como determinar o levantamento de balanço trimestral e conseqüente distribuição de dividendos, respeitado, nesta última hipótese, o disposto no artigo 204, ~~parágrafo~~ § 1º, da Lei nº 6.404/76.

~~PARÁGRAFO SEGUNDO~~ § 3º - O montante dos dividendos será posto à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que forem atribuídos e, em qualquer hipótese, dentro do exercício social em curso.

CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 28 - A Alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações de que os demais acionistas sejam titulares, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador alienante.

Parágrafo único. Para fins deste Estatuto Social, entende-se por:

(a) “Alienação do Controle da Companhia” a transferência a terceiro, a título oneroso, das “Ações de Controle”;

(b) “Ações de Controle” o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

(c) “Poder de Controle” o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculadas por acordo de acionistas ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

(d) “Acionista Controlador” o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

Artigo 29 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada:

I - nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou

II - em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista alienante do controle da Companhia ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor

atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.

Parágrafo único. A obrigação de oferta pública prevista neste Artigo não se aplicará quando, implementada qualquer forma de reestruturação societária dos atuais acionistas, qualquer deles deixe de ser acionista direto, mas o Poder de Controle da Companhia permaneça na titularidade do Grupo Econômico do qual tal acionista faça parte e este continue a exercer o Poder de Controle, mesmo que indiretamente. Para os fins do disposto neste Artigo, entende-se por “Grupo Econômico” as sociedades que controlem ou que estejam, direta ou indiretamente, sob o mesmo controle acionário do acionista antes mencionado.

Artigo 30 - Aquele que adquirir o Poder de Controle da Companhia, por meio de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I – efetivar a oferta pública referida no Artigo 28 do presente Estatuto Social; e

II – ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações de emissão da Companhia em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago em bolsa de valores por ações de emissão da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde a data de compra das ações em bolsa de valores até o momento do pagamento das ações. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 31 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

CAPÍTULO VIII **CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO** **NOVO MERCADO**

Artigo 32 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle ou pela Companhia para o cancelamento do seu registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação.

§ 1º - O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos dos §§ 1º e 6º do artigo 8º da Lei n.º 6.404/76.

§ 2º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer quantidade de acionistas titulares de Ações em Circulação.

§ 3º - Para fins deste Estatuto Social, “Ações em Circulação” significa todas as ações de emissão da Companhia exceto aquelas (i) de titularidade, direta ou indiretamente, do Acionista Controlador ou de pessoas a ele vinculadas; (ii) na tesouraria da Companhia; (iii) detidas por sociedade controlada pela Companhia; e (iv) de titularidade, direta ou indiretamente, dos administradores da Companhia.

§ 4º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 33 - Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado ou caso essa saída venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual as ações de emissão da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 32 deste Estatuto Social.

Artigo 34 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo acima.

§ 1º - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 35 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 32 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse Artigo.

§ 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

§ 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO IX **JUÍZO ARBITRAL**

Artigo 36 – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo

Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO X **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Artigo 37 - As disposições contidas neste Estatuto Social referentes às regras do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, especialmente as constantes dos Capítulos VII, VIII e IX, somente terão eficácia a partir da data da publicação do Anúncio de Início de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

MAHLE METAL LEVE S.A
CNPJ/MF Nº 60.476.884/0001-87
NIRE Nº 35.3.0001506.1

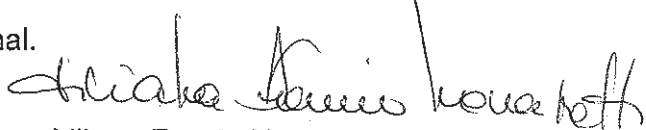
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2.011.

Aos seis dias do mês de abril de 2011, às 11:00 horas, na sede social, situada na Av. Ernst Mahle, 2.000, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Mahle Metal Leve S.A. ("Companhia") para a realização da **quarta** reunião do ano de 2011, presentes os Srs. Liliana Faccio Novaretti, suplente do presidente do Conselho Sr. Peter Paul Wilhelm Grunow, Coaraci Nogueira do Vale, suplente do Conselheiro Benhard Volkmann, Vicente Roberto de Andrade Vietri, suplente do Conselheiro Heinz Konhad Junker, Claus Hoppen, Mauro Fernando Maria Arruda e como convidado o Diretor Administrativo Financeiro Sr. Heiko Pott. A Mesa foi presidida Conselheira Liliana Faccio Novaretti, na qualidade de suplente do Presidente do Conselho de Administração. Iniciada a reunião, os membros do Conselho de Administração confirmaram ter recebido os documentos pertinentes à seguinte Ordem do Dia: (i) discutir e votar a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às regras do segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBovespa – BOVESPA; (ii) convocar a próxima Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: O Sr. Presidente do Conselho solicitou ao Diretor Presidente que discorresse sobre os itens constantes da Ordem do Dia. O Diretor Presidente, por sua vez, esclareceu que no âmbito da Reorganização Societária do Grupo Mahle, divulgada ao mercado através dos Fatos Relevantes datados de 6 e 20 de outubro 10 e 30 de novembro de 2010, foi aprovada a oportuna adesão da Companhia ao segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Nesse sentido, a administração da Companhia decidiu submeter ao Conselho de Administração proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às regras do referido segmento de listagem. Após os esclarecimentos preliminares, os Conselheiros, por unanimidade de



votos, decidiram: (i) aprovar a nova redação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I a esta ata, que contempla as regras do segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBovespa; e (ii) autorizar a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para o próximo dia 29 de abril de 2011, às 11 horas, a fim de deliberar, em Assembléia Geral Ordinária, acerca das matérias já aprovadas por este Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de 03 de 2011 e, em Assembléia Geral Extraordinária, aprovar a nova redação do Estatuto Social da Companhia. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. (aa) Liliana Faccio Novaretti,– Presidente; Coarci Nogueira do Vale, Vicente Roberto de Andrade Vietri, Claus Hoppen, Mauro Fernando Maria Arruda.

Confere com o original.



Liliana Faccio Novaretti

Presidente